

**AS CONSTRUÇÕES LINGÜÍSTICAS DO DISCURSO REPORTADO:  
UM DIÁLOGO SOCIOCÓGNITIVO**

**ROBERTA GRAZIELLA TAVELA**

**ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Margarida Martins Salomão**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**SETEMBRO DE 2006**

Tavela, Roberta Graziella. **As Construções Lingüísticas do Discurso Reportado: Um Diálogo Sociocognitivo**. Dissertação de Mestrado em Letras, apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora 2º Semestre de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Margarida Martins Salomão \_ UFJF  
ORIENTADORA

Professora Doutora Lílian Vieira Ferrari \_ UFRJ  
PRESIDENTE

Professor Doutor Luiz Fernando Matos Rocha \_ UFJF  
TITULAR

Juiz de Fora, Setembro de 2006

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, a quem tudo devo, pelo amor e pela incansável tarefa de me guiar pelas sendas tortuosas da vida com seus sábios ensinamentos.

A meu irmão pela compreensão e carinho.

A toda a minha família e amigos por estarem sempre por perto.

A minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Margarida Salomão pelo grande apoio e pela coragem e determinação que em mim incutiu com seu fervor intelectual.

Aos grandes mestres de ontem e de hoje que com sua devoção à pesquisa e à docência me instigaram e incentivaram a trilhar o caminho muitas vezes incerto, mas sempre gratificante do conhecimento.

À coordenadora do curso de Pós-graduação em Letras da UFJF Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Clara Castelhões, pela delicadeza com que nos trata e pelo empenho em nos ajudar quando mais precisamos.

A todos os meus amigos e colegas de mestrado com quem troquei muitas idéias, a quem recorri muitas vezes nos momentos difíceis e com quem comemorei as horas felizes e especialmente à Crysna e Ana Maria, grandes companheiras nas horas mais incertas.

À CAPES pela bolsa que permitiu minha dedicação exclusiva ao mestrado.

## RESUMO

O presente trabalho empreende uma releitura da tese de Luiz Fernando Matos Rocha (2004) sobre expressões lingüísticas de discurso reportado, usadas em uma situação comunicativa de interação em tempo real. Nossa dissertação conclui pela postulação de construções identificáveis sintático-prosodicamente, em funções comunicativas de marcação epistêmica e gerenciamento de interação.

## ABSTRACT

The present study presents a review of Rocha's Ph.D thesis about the linguistic expressions of reported speech in real time communicative interaction. It purposes a change in Rocha's analysis, presenting as its conclusion a linguistic network of grammatical constructions, each identifiable syntactic and prosodically and displaying specific epistemic and communicative functions.

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2- O DISCURSO DO OUTRO: UM PROBLEMA PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM</b> .....	9
<b>2.0-O Discurso do Outro como Categoria Teórica</b> .....	9
<b>2.1-Chomsky: A Linguagem como Conhecimento</b> .....	11
2.1.1-O Formato do Modelo .....	12
2.1.2-Chomsky e o Discurso do Outro .....	13
<b>2.2-Bakhtin, Vygotsky e Tomasello: A Linguagem como Interação</b> .....	15
2.2.1-Bakhtin: O Discurso como Discurso do Outro.....	15
2.2.1.1-Tipologia Bakhtiana do Discurso Indireto .....	18
<b>2.3-Vygotsky: Aprendizagem de Língua pela Interação do Discurso do Outro</b> .	22
2.3.1-O Discurso do Outro na Formação de Conceitos e a Zona de Desenvolvimento Proximal.....	23
2.3.2-O Sujeito Histórico e a Construção Social .....	25
<b>2.4-Tomasello: Aprendizagem de Linguagem como Ação Intencional Coordenada</b> .....	27
2.4.1-A Interação Comunicativa como Base da Cognição Humana.....	28
2.4.2-O Envolvimento Dialógico com Outras Mentes Através da Linguagem e a Internalização de Perspectivas .....	32
<b>2.5-A Abordagem do Discurso do Outro pela Linguagem</b> .....	34
2.5.1-Elementos da Teoria dos Espaços Mentais.....	35
2.5.2-O Espaço de Fala .....	42
<b>3- UMA ANÁLISE ARGUMENTAL DO DISCURSO REPORTADO</b> .....	44
<b>3.1-O Discurso do Outro no BBB</b> .....	44
<b>3.2-A Gramática das Construções como Hipótese sobre a Linguagem</b> .....	46
<b>3.3-A Tipologia das Construções <i>Dicendi</i> no BBB</b> .....	52
<b>4-AS PREDICAÇÕES <i>DICENDI</i> COMO MARCADORES EPISTÊMICOS</b> .....	57
<b>4.1-Para que uma Análise Alternativa?</b> .....	57
<b>4.2-A Idiomatização das Construções <i>Dicendi</i> como Marcadores Epistêmicos</b> ..	62
<b>5-CONCLUSÕES</b> .....	68
<b>6-BIBLIOGRAFIA</b> .....	71

## 1-INTRODUÇÃO

O presente trabalho oferece uma releitura da tese doutoral de Luiz Fernando Matos Rocha sobre as expressões lingüísticas de discurso reportado numa situação comunicativa de interação em tempo real.

O tema focado por Rocha, e também tratado nesta dissertação, tem grande interesse teórico para o programa sociocognitivo de investigação da linguagem humana já que constitui empiricamente um problema para cuja melhor abordagem as vertentes interacionista e cognitivista de análise do discurso precisam fazer um esforço de mediação.

É sabido que o forte da investigação em lingüística cognitiva passa ao largo **de situações de uso de fala** que constituem um *corpus* e nos quais os problemas de gerenciamento da interação ocupam lugar de destaque.

Por sua vez, a tradição interacionista, cuja vertente ideológica tem referências históricas em Bakhtin e Vygotsky e em Michael Tomasello, uma importante representação contemporânea, geralmente ignora a expressão gramatical e somente se ocupa nas suas análises de macrotendências textuais e discursivas.

O *corpus* estudado por Rocha e as conclusões a que ele chega exigem argúcia analítica tanto no campo da gramática como no deslindamento das estratégias comunicativas em curso na situação. Eis porque seu trabalho tanto nos interessou.

Consideremos que é de grande relevância que as análises cognitivistas produzidas no Brasil sejam objeto de tanta atenção e questionamento crítico como as que se fazem fora do Brasil. Em primeiro lugar, porque este esforço nos oferece a possibilidade de avançar no conhecimento do Português do Brasil, ao invés de uma vez mais, discutir exemplos

traduzidos do Inglês. Depois, porque é necessário que a comunidade cognitivista brasileira reforce seus laços e ajunte suas ferramentas analíticas, desbravando questões que são da maior importância para o fortalecimento do campo disciplinar.

Fazendo o presente percurso, empreendemos uma espécie de **arqueologia** da categoria teórica do discurso reportado nos estudos lingüísticos contemporâneos. Apuramos, sem surpresa, que a lingüística chomskyana nada tem a dizer a respeito e que a literatura que trata a questão de modo sensível retrocede ao princípio do século XX \_ a Bakhtin e a Vygotsky, pensadores que emprestam à noção do **discurso do outro** uma importância central tanto no que se refere à **natureza constitutivamente polifônica da linguagem** como a estratégias (imitativas) empregadas **na sua aprendizagem**.

Contemporaneamente Michael Tomasello aborda tanto a aprendizagem da linguagem, como a própria origem da linguagem e da evolução humana, em termos que reivindicam a nuclearidade de noções como **interação comunicativa, intencionalidade e construção lingüística**. A aproximação de Tomasello a alguns supostos básicos de lingüística cognitiva nos levou a percorrer também a teoria dos espaços mentais, de Gilles Fauconnier \_ que constitui uma teoria cognitivista da referenciação, o que inclui, obviamente a referência do discurso ao próprio discurso (i.e. ao discurso reportado).

Munidos deste aparato, aproximamo-nos da tese de Rocha e de sua referência intelectual mais próxima \_ a versão da gramática das construções, desenvolvida por Adele Goldberg. Buscaremos na sua leitura destacar as asserções que nos parecem mais importantes para promover sua discussão, com toda a atenção que o trabalho original merece.

Como será visto, propomos um ajuste na análise de Rocha, com base em seus próprios dados e nas generalizações que ele mesmo reuniu. Especificamente, propomos seja



descartada sua hipótese de que haja uma construção básica do discurso reportado, motivada figurativamente e vinculada por herança às construções de Movimento Causado e Transferência.

Nossa contraproposta indica o reconhecimento como construções autônomas dos esquemas que Rocha identifica como “instanciadores da construção básica.” Entendemos que esta perspectiva faz justiça à plena expressão formal destas unidades lingüísticas (prosódia e morfossintaxe) e também a seu pleno potencial significativo (em termos dos trabalhos da face de que participam).

Em conclusão, **radicalizamos o conceito de construção lingüística como constructo teórico**, no caso desempenhando a função modalizante de marcador epistêmico e operando ativamente numa dinâmica comunicativa complicada.

## 2-O DISCURSO DO OUTRO: UM PROBLEMA PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

### 2.0-O Discurso do Outro como Categoria Teórica

Neste capítulo buscaremos fazer o que Michel Foucault (1979) chamaria de “arqueologia” do **discurso do outro** como tema da **análise lingüística**. Esta demarcação já enseja uma primeira ressalva: fica excluída toda a linha de tratamentos praticados na psicologia, na literatura psicanalítica, nos estudos antropológicos (jurídicos) e literários.

A nós aqui nos interessa apenas o que a **lingüística** pode fazer a respeito \_ o que já restringe dramaticamente o arco (inclusive, o arco temporal) de nossa investigação. Nestes termos, consideramos o principal programa de pesquisa hoje em andamento na contemporaneidade disciplinar: o programa chomskyano, em sua expressão canônica, que é o *Aspects of The Theory of Syntax*, de 1965, especialmente seu primeiro capítulo. Há consenso entre os especialistas de que é este o discurso fundador de uma **lingüística cognitiva (mentalista)**, que é também uma lingüística formal (gerativa).

Consideramos também uma vertente alternativa, anterior historicamente, mas hoje muito prestigiada sob a referência de **programa socio-histórico** ou de **lingüística da enunciação** e que corresponde às geniais intuições russas do início do século XX (tão preciosas para os estudos literários e de cultura) e que aparecem enfeixadas na obra de dois pensadores “dissidentes”, não obstante sua inspiração marxista: Bakhtin e Vygotsky. Para estes intelectuais, a categoria do **discurso do outro** exhibe essencial centralidade teórica; o que os coloca em direto contraste com a lingüística chomskyana, que simplesmente ignora esta questão.

Herdeiro hodierno de Bakhtin e Vygotsky, mas nutrido de outras condições analíticas e interessado em diálogo com a lingüística cognitiva, Michael Tomasello oferece uma possibilidade de releitura desta tradição, que escapa ao “sociologismo” presente na fortuna crítica de Bakhtin e Vygotsky, especialmente entre os pedagogos.

Por fim, a lingüística cognitiva. Nossa excursão neste campo tão rico, e que emerge como uma réplica deliberada ao **formalismo** e ao reduzido **mentalismo** da lingüística chomskyana, restringe-se à teoria dos espaços mentais, tratamento cognitivo dos processos de referenciação, dentro dos quais se insere também a referência ao **discurso do outro**. A grande qualidade da teoria dos espaços mentais, inclusive na sua versão mais desenvolvida (dos estudos das mesclagens e da integração conceptual), é tratar a referência **como expressão da capacidade humana de assumir numa cena (comunicativa) uma variedade de perspectivas conceptualizadoras**. Nestes termos, esta teoria nos parece particularmente apta a modular o legado da reflexão sócio-histórica.

É importante salientar que, desde o **Aspects of the Theory of Syntax**, o mentalismo chomskyano é modularista, ou seja, focado na especificidade da linguagem humana e na autonomia de seu conhecimento frente a todos os outros sistemas do conhecimento humano (conhecimentos socioculturais, outras modalidades cognitivas e, **last but not least**, conhecimento sobre o contexto da enunciação).

## 2.1-Chomsky: A Linguagem como Conhecimento

Nos cerca de cinqüenta anos do programa gerativista liderado por Noam Chomsky, muitas foram as modificações propostas visando à adequação descritiva e explicativa da gramática formal.

Pretendemos mostrar, a partir de uma rápida revisão de alguns dos pressupostos teóricos estabelecidos na obra **Aspects of the Theory of Syntax** (1965), que tal perspectiva não corrobora a análise que pretendemos fazer do discurso do outro, muito embora, reconheçamos a rica contribuição dos estudos gerativistas para o entendimento da estrutura gramatical das línguas naturais.

A noção de gramática formal foi desenvolvida por Chomsky a partir de 1955 tendo como objetivo descrever todas as sentenças possíveis de uma língua natural mediante um sistema computacional. A partir de 1965, entretanto, a gramática gerativa assim definida, passou a ser pensada como a descrição da competência lingüística de um falante-ouvinte ideal.

Chomsky postula ([1965] 1975: 84) a dicotomia entre performance (uso) e competência (conhecimento) lingüísticas, elencando esta última como objeto de estudo. Ao pretender analisar o conhecimento tácito presente na mente-cérebro do falante, Chomsky lança as bases de uma teoria mentalista da linguagem. Como corolário dessa perspectiva, é que Chomsky postula a imagem de um falante-ouvinte ideal situado em uma comunidade lingüística homogênea.

Chomsky busca como já dissemos, a adequação descritiva e a adequação explicativa da Gramática Gerativa. Para alcançar esta última, é necessário que a descrição postulada se confirme frente a uma teoria da aquisição da linguagem.

*Aspects of the Theory of Syntax* endossa fortemente a hipótese do **inatismo**, que será muito desenvolvida através da teoria de **Princípios e Parâmetros** (1980) em que se fala sobre uma faculdade de linguagem inata composta de princípios universais válidos para todas as línguas, e de parâmetros, que serão binariamente fixados na infância, quando as crianças começam a ter os primeiros *inputs* lingüísticos. Chomsky atribui à pobreza de estímulo a impossibilidade de uma língua natural ser aprendida sem o auxílio de uma gramática universal, que é o ponto inicial da aquisição da linguagem, quando os parâmetros ainda não foram fixados.

### 2.1.1-O Formato do Modelo:

Chomsky (1965) apresenta o modelo de gramática gerativa, conhecida como **teoria padrão**, que consiste em um sistema de regras que gera todas as sentenças de uma língua, e apenas estas. Este sistema de regras possui três componentes principais: os componentes sintático, semântico e fonológico.

O processo de geração de sentenças começa pelo **componente sintático** (único com capacidade gerativa) que tem a seguinte estrutura interna: um **subcomponente de base**, responsável por gerar as estruturas profundas e um **subcomponente transformacional** responsável por gerar as estruturas de superfície. O subcomponente de base consiste de um grupo de regras de reescritura do tipo  $S \rightarrow SN Aux SV$  e de um léxico que juntos geram um indicador sintagmático (ou seja, uma árvore com os nódulos terminais preenchidos), que é a

**estrutura profunda** O componente transformacional recebe a estrutura profunda como *input* e, por meio das regras transformacionais, converte-a em uma estrutura superficial.

O exemplo clássico é o da geração de uma **sentença passiva**, cuja estrutura profunda, nesta versão de lingüística gerativa, é muito próxima da estrutura profunda da correspondente **sentença ativa**.

O **output** do componente transformacional é **interpretado** pelo componente fonético-fonológico, que deriva então a expressão final do significante.

Já o *output* da base (a estrutura profunda) será interpretado pelo **componente semântico**, que há de gerar, então, a **interpretação** correspondente da sentença.

Este *design* geral da teoria persiste em versões posteriores, embora sem a mesma incisividade. De todo modo, como argumenta corajosamente Jackendoff, (2002: p. 107-111), a característica geral da lingüística gerativa é seu **sintatocentrismo** (só a sintaxe é gerativa).

Da “interpretação fonética”, Chomsky posteriormente se ocupou e lançou as bases da assim chamada **fonologia gerativa** (Chomsky e Halle 1967). Não ocorre esforço semelhante no que concerne à semântica. Em especial, vale mencionar que a “interpretação” gerada nesta perspectiva é inteiramente livre-de-contexto e presume uma suficiência do signo lingüístico no que se refere a suas condições combinatórias.

### 2.1.2-Chomsky e o Discurso do Outro

Dadas as características gerais do modelo chomskyano, prefigurado no **Aspects**, e, depois, seletivamente emendado, mas não modificado substantivamente (nos termos de

Salomão, comunicação pessoal “muda a matemática, mas não a epistemologia”), não há, nesta lingüística, lugar para o **discurso do outro**.

A competência lingüística é **conhecimento** que o sujeito (idealizado) detém: a rigor, o sujeito fala no vácuo, com o único propósito de produzir seqüências (infinitas), que possam ser julgadas como bem-formadas. Como fala sozinho, as estruturas recursivas que pode gerar não distinguem as condições reflexivas ou discursivas que expressam. Vide os exemplos (1):

- (1) (a) *José quer sambar com a Portela.*  
(b) *José aposta que vai sambar com a Portela.*  
(c) *José disse que vai sambar com a Portela.*  
(d) *José acha o máximo sambar com a Portela.*

Curiosamente todos os predicadores “encaixantes” (*embedding*) das orações principais introduzem conteúdo proposicional. Entretanto, para uma teoria da linguagem preponderantemente sintatocêntrica, esta circunstância não é mais que um detalhe.

Tal característica reduz o cognitivismo chomskyano, ou seja, o seu **expresso mentalismo**, a uma capacidade computacional, muito aquém da promessa de lidar com a condição criativa da linguagem humana, que é, afinal, **a criação de novas expressões que sejam comunicativamente relevantes**: isto é, necessárias frente aos acervos de novas experiências e interpretáveis na rede de interlocuções em que se produzem. Uma idealização do sujeito “solitário” pouco ajuda no enfrentamento desta tarefa.

## 2.2-Bakhtin, Vygotsky e Tomasello: A Linguagem como Interação

### 2.2.1-Bakhtin: O Discurso como Discurso-do-outro

Em seu livro **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, de 1929, Bakhtin formula conceitos muito diferentes daqueles apresentados na seção anterior. Com o marxismo, teoria recém-entronizada como doutrina oficial na então União Soviética, compatibiliza reflexão sociológica com os estudos da linguagem.

Desde logo, Bakhtin também critica o trabalho de Saussure e seus colaboradores. **O objetivismo abstrato**, como Bakhtin chamou essa linha do pensamento lingüístico, entendia a língua como objeto abstrato ideal e a valorizava como o verdadeiro objeto dos estudos lingüísticos em detrimento da fala individual (a *parole*).

Bakhtin, no entanto, reconhece que a fala, a enunciação, seja o verdadeiro objeto de estudo e enfatiza sua natureza social. Para o lingüista russo, a língua só existe como fenômeno social materializado na enunciação.

Nesta linha, instaura-se uma perspectiva dialógica sobre a linguagem que passa a ser caracterizada não como conjunto de regras ou sistema de símbolos que independem do falante, mas como um produto da interação do locutor e do ouvinte. Nesse sentido, a palavra tem duas faces: ela se dirige a alguém e procede de alguém. É através da palavra que o ego se define em relação ao seu interlocutor e em relação à coletividade. *“A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra se apóia sobre o meu interlocutor.”* (Bakhtin, 1995:113)

Nessa perspectiva, o falante assume como constructo teórico o seu estatuto de sujeito histórico e social. Ao contrário do falante-ouvinte idealizado de Chomsky, o sujeito



em questão está inserido em seu contexto social e interage de tal forma em seu meio que só se define pela linguagem a partir do discurso do outro. O significado não é veiculado pela forma, é construído na interação. O outro é necessário para sabermos o que estamos falando e para construirmos o significado do que falamos. Diferentemente do sujeito abstrato de Chomsky, o sujeito bakhtiniano existe no contexto e tem um papel ativo na produção do significado.

Nesses termos, o discurso do outro assume proporções muito maiores. É através da incorporação do discurso alheio que o falante constitui a consciência de seu próprio discurso. A fala, sendo uma construção coletiva e uma capacidade cultural, é, em grande parte, a fala do outro. (Bakhtin, [1929] 1995:113)

A consciência do sujeito de Bakhtin é histórica e social, pois o centro organizador de sua atividade mental, que é o signo, é exterior ao sujeito. A realidade social molda a atividade mental do indivíduo quando este interioriza a fala do outro. Nesse sentido, a palavra é um instrumento da consciência, pois acompanha e comenta toda criação ideológica. Quando apreciamos um quadro, ouvimos uma música ou assistimos a um filme, nossa consciência está abordando tais manifestações verbalmente, em outras palavras, estamos usando nosso discurso interior para compreendê-las. A palavra faz a ponte entre o discurso interior e o discurso exterior graças à sua ubiqüidade social. (Bakhtin [1929]1995:115)

O sujeito falante de Bakhtin compreende a fala do outro ativamente. A compreensão ativa é uma forma de diálogo. Aprender a palavra do outro ativamente significa orientar-se em direção a ela. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas formando uma réplica. A significação só se realiza nesse processo de opor à palavra do outro uma contrapalavra.

Esse processo também se manifesta no discurso reportado e, por isso, **devemos considerar que todo discurso reportado é uma recriação**. Mesmo que as palavras originais sejam repetidas *ipsis literis*, o contexto de sua produção não mais será o mesmo. As mesmas palavras podem estar sendo usadas, por exemplo, para ironizar seu autor; ou, para atribuir autoridade ao discurso do falante que as está citando. (Bakhtin ([1929] 1995:147-148)

Por mais que um falante se esforce para ser fiel ao citar o discurso do outro, sabemos que o discurso citado deve ser compreendido consideradas as seguintes perspectivas:

- (a) nenhum discurso é inteiramente original, mesmo aquele que não se inscreve em nenhuma citação explícita;
- (b) quem expressa o discurso do outro o faz no âmbito de seu próprio discurso ao qual vincula o discurso alheio;
- (c) a enunciação sempre leva em conta uma terceira pessoa, a quem se apresenta o discurso reportado, o que também influencia a dinâmica de interpretação.

Em função de tudo isso, qualquer discurso é constitutivamente polifônico, ou seja, agrega vários outros discursos e deve ser, nessas condições, compreendido como uma recriação e não mera retomada direta do que tenha sido dito “originalmente” .

### 2.2.1.1-Tipologia Bakhtiana do Discurso Indireto

Na perspectiva teórica que estamos expondo, o discurso é um fenômeno ideológico por excelência, sempre em evolução, refletindo as alterações da sociedade no qual é praticado. Uma das formas de abordar a evolução dialética do discurso, segundo Bakhtin, é analisar a enunciação no âmbito da comunicação, mirando as estruturas da própria língua.

É isso que Bakhtin se propõe a fazer ao analisar a tipologia do discurso citado. Partindo de seu pressuposto de que todo discurso é polifônico, o autor afirma que:

*Toda atividade verbal consiste, então, em distribuir a palavra de outrem e a palavra que parece ser de outrem. (Bakhtin, 1995:195)*

Há formas sintáticas que são esquemas padronizados para reportar o discurso. Tais esquemas e suas variantes teriam surgido como tendências dominantes na enunciação do discurso do outro. Conforme a língua, época ou grupo social relevante, um determinado esquema ou variante será escolhido como forma de prestígio.

Em grandes linhas, quando a menção ativa do discurso do outro visa à conservação de sua autenticidade adota-se um estilo mais linear, em que predomina o discurso direto e procede-se à forte demarcação do limite do discurso citado; em outro caso, opta-se pelo apagamento das fronteiras entre os discursos, com a emergência de um estilo pictórico, cuja melhor instanciação é o discurso indireto livre. (Bakhtin, 1995:175)

Seja como for, todos estes esforços implicam recriação ativa do discurso do outro. “Cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica” (Bakhtin,1995:158).

Como amostra da prática analítica bakhtiniana, permitimo-nos nós mesmos “recriá-la”, considerando suas observações sobre a fábula “O Asno e o Rouxinol”, atribuída a Ivan kirilov e discutida na obra **Marxismo e Filosofia da linguagem**, p.157:

*(2) O Asno e o Rouxinol  
O Asno diz ao Rouxinol, depois que este demonstrou sua arte:  
\_ Nada mal, sem brincadeira, é bonito ouvi-lo cantar! Mas que pena que  
você não conhece o nosso Galo! Você poderia dar uma melhorada no seu  
canto se tomasse algumas lições com ele.*

Diz Bakhtin que a tendência “analítica” do discurso indireto se manifesta pela forma peculiar de tratamento dos elementos emocionais e afetivos que dão forma ao discurso originário. No discurso direto tais elementos seriam representados por formas como “*Muito bem! Que grande realização!*”.

No discurso indireto, a recriação implica o abandono das formas originais para que seja focado o “conteúdo” da expressão: “ele disse que o canto era muito bonito, que tinha sido uma excelente performance.” Outra alternativa seria não inserir um **dicendi**: “o canto era muito bonito, uma performance excelente.”

Independentemente da expressão adotada, o que não será possível, na perspectiva bakhtiniana, é a mera transposição mecânica do discurso direto na moldura do discurso indireto. Seria, portanto, “agramatical”, enunciar (3):

*(3) Ele disse que nada mal. Sem brincadeira, que bonito ouvi-lo cantar!*

O mesmo ocorre com abreviações e elipses, possíveis no discurso direto, mas não no indireto. A exclamação do asno: “Nada mal...” não pode ser mecanicamente transposta

como “Ele diz que nada mal...” e sim algo como “Ele diz que não estava mal...” A mesma impossibilidade de transposição mecânica do discurso direto para o indireto se aplica à entoação que o falante usou para expressar suas intenções. Dessa forma, as peculiaridades de enunciados exclamativos, interrogativos e imperativos não se conservam no discurso indireto e devem ser impostas pela escolha do verbo **dicendi** apropriado.

O autor postula que o discurso indireto apresenta-se em três variantes: a **variante analisadora do conteúdo**, a **variante analisadora da expressão** e a **variante impressionista**.

A primeira se caracteriza por sua propensão à citação do discurso do outro em estilo linear, mantendo uma distância nítida entre as palavras do narrador e as palavras citadas. A variante analisadora do conteúdo tende a tematizar o discurso do outro, preservando a integridade e a autonomia da enunciação mais em termos semânticos do que sintáticos; é o caso da representação de expressões exclamativas e de entusiasmo pela inserção de marcadores de intensificação, como o advérbio **muito**. Essa variante é usada mais em contextos expositivos, de talhe racional, que manifestam freqüentemente preferência pela semântica do que pelas peculiaridades da expressão.

Já a **variante analisadora da expressão** cria efeitos pictóricos extremamente originais na representação do discurso citado: as palavras e expressões do outro sofrem uma espécie de estranhamento de acordo com as intenções do autor, que podem ser de ironia, humor, ou qualquer outra nuance comunicativa especial.

A incorporação à variante analisadora da expressão das formas mais coloridas da dicção do Asno “**nada mal**” e “**dar uma melhorada**”, mantendo estas palavras intactas e entre aspas, representa não apenas o que foi dito, mas também a identidade estilística do

Asno enquanto personagem. A escolha desta variante se articula com discursos mais carregados de subjetividade, mais inclinados ao humor e à crítica.

A última variante é utilizada essencialmente para a representação do discurso interior, pensamentos e sentimentos atribuídos aos personagens. O discurso do outro é tratado com liberdade, podendo ser abreviado e perdendo sua distinção frente à voz do narrador como no trecho da obra **Cavaleiro de Bronze**, de Púchkin (1995:165):

*(4) “Em que pensava ele? Que era pobre; que precisava tentar conquistar a independência e o respeito pelo esforço: que Deus bem podia lhe ter concedido um pouco mais de inteligência e de dinheiro. Pois não existem aqueles afortunados preguiçosos, estúpidos, para quem a vida é uma moleza? ...”*

A reflexão de Bakhtin, fértil também no campo dos estudos literários, é uma importante elaboração do conceito formalista de **estranhamento**. É curioso que os formalistas russos, tão focados estritamente na forma, tenham definido **literariedade** em termos profundamente dialógicos: **aquilo que assombra o outro** e que é, portanto, definido sempre em termos relativísticos.

O conceito de polifonia oferece à **langue** saussuriana uma densidade histórica, um assentamento no uso, que abre aos estudos de gramática uma perspectiva profeticamente funcionalista. Não obstante os comentários sobre o significante padecerem de uma feição anacrônica, eles permitem considerar dimensões inteiramente opacas à lingüística formal.

### 2.3-Vygotsky: Aprendizagem da Língua pela Internalização do Discurso do Outro

A obra do psicólogo soviético Lev Vygotsky procura aplicar o “método dialético” aos estudos do desenvolvimento cognitivo relacionando pensamento e linguagem de tal modo que esta última exibe, no processo, a maior importância.

Sua abordagem do aspecto funcional e psicológico da linguagem lança as bases do que viria a se tornar, décadas depois, as hipóteses definidoras de vários tipos de interacionismo em lingüística. Os conceitos de interação e dialogismo, trabalhados por Bakhtin, são aplicados por Vygotsky no âmbito da psicologia do desenvolvimento.

Seu trabalho postula que pensamento e linguagem têm raízes diferentes na ontogênese e na filogênese, mas se sintetizam dialeticamente na constituição do desenvolvimento cognitivo pela criança. Sua grande tese é que o desenvolvimento do pensamento vem pela linguagem numa trajetória que se origina na arena comunicativa, ou seja, procede da esfera social para a individual. Sua cronologia identifica primeiro uma **fase social**, depois uma **fase egocêntrica**, a que se segue uma **elaboração reflexiva \_ a fala interior**. (Formação Social da Mente, 1994:69).

Segundo o autor, **a fala exterior** é a tradução do pensamento em palavras, sua materialização. Com a fala interior, inverte-se este processo: a fala interioriza-se em pensamento. Na verdade, a fala interior é o próprio pensamento na forma de palavras e, por isso, sua estrutura característica é a predicação, elemento central na formulação de proposições.

A **fala egocêntrica** é um instrumento do pensamento, uma vez que apóia o planejamento para a resolução de problemas. É um estágio transitório na evolução da fala exterior para a fala interior; por isso, no processo de aprendizagem, ela não desaparece, mas

se transforma na fala interior. A fala egocêntrica é um indício da transição das funções intersíquicas (da atividade social e coletiva) para as intrapsíquicas (da atividade caracteristicamente subjetiva). Assim, pois, a fala para si mesmo se origina da fala para os outros.

As diferenças entre a fala egocêntrica e a fala exterior aumentam à medida que a criança amadurece. Neste percurso, a vocalização da fala egocêntrica diminui, indicando o desenvolvimento da abstração pela supressão do significante físico e manifestando a emergência de uma nova capacidade \_ a de pensar as palavras ao invés de pronunciá-las.

A visão vygotskyana de abstração dá-se, pois, pela apropriação da fala de outro em contextos específicos; o subsequente domínio da linguagem é um caso de inversão intersubjetiva que presume, como estágio intermediário, um período em que o sujeito fala como outro para si mesmo.

### **2.3.1-O Discurso do Outro na Formação de Conceitos e a Zona de Desenvolvimento Proximal**

Uma parte central da psicologia vygotskyana prevê que a utilização de palavras como meio para a formação de conceitos é a causa psicológica imediata da transformação radical por que passa o processo intelectual no limiar da adolescência. Aprender a direcionar os próprios processos mentais com a ajuda de palavras ou signos é um elemento crucial do processo de formação de conceitos.

Vygotsky defende, a partir de seus experimentos, que uma criança em idade pré-escolar não tem consciência de seus conceitos cotidianos. Só através da formalização com conceitos elaborados, integrados a um sistema hierárquico de inter-relações, é que a



**consciência reflexiva** aflora na criança. O discurso do outro é fulcral nesse processo, pois os conceitos mais elaborados (ou “científicos”, nos termos do autor) são adquiridos pela mediação do adulto, normalmente um professor, que explica, dá informações, corrige a criança e questiona o aluno.

O signo é, assim, um meio de atividade interna, dirigido para o controle do próprio indivíduo e em condições de transformar, fundamentalmente, todas as operações psicológicas que ele processa. Neste contexto, pode-se perceber, no âmbito geral do desenvolvimento, duas linhas que se distinguem pela origem: os processos psicológicos elementares, de origem biológica; e as funções psicológicas superiores, de origem sócio-cultural, que se referem à combinação entre instrumento e signo na atividade psicológica. A história do desenvolvimento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas.

Para Vygotsky, o processo de desenvolvimento progride mais lentamente que o processo de aprendizado; para explicar este fato, postula então dois níveis de desenvolvimento, o real e o potencial. O primeiro caracteriza os ciclos de desenvolvimento já completados pela criança. Na maioria das vezes, nos testes que determinam a idade mental, admite-se como indicativo da capacidade mental da criança apenas o que elas fazem sozinhas.

O desenvolvimento potencial é determinado pelas tarefas que a criança consegue realizar com a ajuda de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

A distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial resulta na **zona de desenvolvimento proximal**, que caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente. O que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã; ou seja, aquilo que, hoje, a criança faz com assistência, ela poderá fazer sozinha no futuro.

O aprendizado e o desenvolvimento humanos pressupõem a interação social e o diálogo que o contato com o outro ocasiona. O discurso do outro é o meio de penetrar na vida intelectual das pessoas que nos cercam. Ao internalizar o conhecimento expresso pelo discurso do outro, o processo de desenvolvimento potencial torna-se real.

Vygotsky ressalta que os animais são incapazes de aprendizado no sentido humano do termo porque, embora interajam socialmente, não o fazem por meio da linguagem, e, em decorrência, não dispõem de uma **zona de desenvolvimento proximal**. Isso porque, embora sejam capazes de lidar de forma rudimentar com signos e instrumentos, não são capazes de compreender e internalizar o discurso do outro, o que, segundo Vygotsky, distingue os seres humanos dos animais: *“A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto central da psicologia humana; é a base do salto quantitativo da psicologia animal para a psicologia humana.”* (Vygotsky 1994:76)

### **2.3.2-O Sujeito Histórico e a Construção Social da Consciência**

Para o autor, além de organizar e planejar o pensamento da criança, a linguagem tem uma função social e comunicativa: é através dela que a criança tem acesso a todo o conhecimento humano acumulado ao longo da história social. Para apreender todo esse conhecimento, é necessário que a criança esteja em contato com o outro; ou seja, é a interação social que permite à criança ouvir o discurso do outro e internalizá-lo.

O processo de internalização, que consiste na recriação interna de processos externos, permite que um processo interpessoal se torne intra-pessoal. Dessa forma, a concepção de sujeito de Vygotsky é parecida com a de Bakhtin: trata-se de um sujeito que

atua ativamente na construção do conhecimento, na produção do significado e na constituição de sua consciência utilizando o discurso do outro.

A consciência é social porque mediada pela palavra do outro, que, ao ser escutada, é internalizada e embebida na fala interior, em nosso rascunho mental, para, depois, dialeticamente, voltar a ser fala exterior. A palavra ou discurso do outro tem um papel central na evolução histórica da consciência, e é por isso que Vygotsky afirma que: **“Uma palavra é um microcosmo da consciência humana.”** (1995:132)

Muitas são as semelhanças entre as teorias de Bakhtin e Vygotsky. Ambos buscam na dialética marxista um método para desenvolverem suas teorias. Alguns conceitos como o de sujeito sócio-histórico e de consciência social são parecidos e juntos contribuem para uma perspectiva dialógica e interacional da linguagem.

A teoria de Vygotsky, assim como a de Bakhtin, eleva o discurso do outro a dimensões até então não reconhecidas. Se, para Bakhtin, é através da incorporação do discurso do outro que o sujeito se realiza plenamente na linguagem, para Vygotsky o discurso do outro é a condição que permite que aprendizado e desenvolvimento cognitivo se efetivem.

É desnecessário dizer o quanto o sujeito vygotsky-bakhtiniano se distancia do falante-ouvinte chomskyano, mas vale a pena reconhecer as dimensões fundantes deste diferenciamento:

- (i) a dimensão comunicativa, que é reconhecida como distintiva do sujeito e essencial para o processo de aquisição da linguagem;
- (ii) a dimensão polifônica que torna cada discurso uma instanciação da linguagem como acervo histórico-cultural;

- (iii) a centralidade da linguagem humana entre todos os processos psicológicos, dos quais ela não só opera uma espécie de gerenciamento mas é o meio que possibilita o pleno desenvolvimento, em termos espécie-específicos.

O que é preciso, neste ponto, comentar, é que esta espécie de hegemonia do lingüístico, que é discutível empiricamente (como argumenta de forma convincente Jackendoff 2002: 302-24), permite um retorno dissimulado do dualismo \_ presente, por exemplo, na distinção vygotskyana entre processos “biológicos” e “socio-culturais”.

Não obstante essa ressalva, o legado da reflexão interacionista é importante demais para que uma abordagem determinadamente cognitivista o desconheça.

#### **2.4-Tomasello: Aprendizagem de Linguagem como Ação Intencional Coordenada**

Em uma clara demonstração de que todo discurso é polifônico, inclusive o científico, Tomasello (1999) retoma os conceitos de **dialogismo, interação social e internalização**, baseado em diversos experimentos de âmbito ontogenético, etológico (comparativo) e antropológico (numa perspectiva evolutiva).

Procura demonstrar como, através da linguagem, a projeção da intencionalidade permite ao ser humano aprender **com o outro e através do outro**, construindo, assim, uma condição de cognição especificamente humana. Neste escopo, a linguagem é empregada como meio de monitoramento e de demanda da atenção do outro em uma determinada situação. Em completo acordo com o pensamento vygotskyano, defende que o discurso do outro é primordial, pois é a partir de sua internalização que a aprendizagem ocorre.

### 2.4.1-A Interação Comunicativa como Base da Cognição Humana

Tomasello inicia seu texto destacando que a velocidade da evolução do **Homo Sapiens** sofre uma aceleração significativa a partir do momento em que a espécie se capacita a operar a **acumulação cultural**, isto é, a acionar um **efeito catraca** que permite que a aprendizagem acumulada individualmente se transforme em herança coletiva.

É também nestes termos que um importante evolucionista, como o zoólogo Richard Dawkins [1976], trata da evolução humana não apenas em termos de deriva de um **pool** de genes, mas particularmente em termos de um **pool** de **memes**, unidades de conhecimento que são transferidos intergeracionalmente através da história cultural.

Um dos principais filósofos contemporâneos, Daniel Dennett [1991], reivindica este fato como condição liminar para a gênese da consciência \_ isto é, em termos filosóficos tradicionais, para a gênese da **alma**, ou do **espírito**, ou da **mente**: Assim é que a “alma” individual emerge das “vidas passadas” num interessante processo de “metempsicose”.

E como é que se processa esta transformação miraculosa? A resposta de Tomasello, alavancada por uma bateria de evidências experimentais em campos de investigação, como a primatologia, com as quais nem poderiam sonhar Vygotsky ou Bakhtin, é, claramente vygotskyana. A transformação ocorre a partir do momento em que, em comunidades de homínídeos, que antecedem evolutivamente o **Homo Sapiens**, emerge a capacidade cognitiva de **partilhar a atenção de tal modo que um indivíduo atribui a um co-específico a intenção de ação que o mobiliza**. Esta condição permitirá a aprendizagem por imitação e, mais importante que isso, a transformação social do conhecimento aprendido, de tal modo que inovações produzidas em um local possam ser **conservadas como conhecimento socialmente partilhado**, ou seja, como **cultura**.

A repercussão deste feito em termos tecnológicos é auto-suficiente: a história da espécie é a história de intervenções sobre o ambiente concomitantemente mais complexos e mais velozes; a complexidade atua sempre no sentido de acelerar a velocidade das próximas mudanças. Por outro lado, complexidade e velocidade se intensificam em termos da quantidade da informação acumulada \_ e, para isso, a **emergência de linguagem ao mesmo tempo como capacidade cognitiva e como construção cultural é absolutamente crítica**. Haja vista as assustadoras transformações ambientais presentes no mundo desde que há não mais que 6000 anos a espécie “acelerou a linguagem” (e os traços comunicativos) através primeiro da escrita (quando se dá a emergência dos tempos históricos), depois da imprensa (e a emergência dos tempos modernos) e, agora, pela evolução das tecnologias de informação e das mídias, das quais resulta uma “aldeia global”, cada vez mais “aldeia”.

Em termos Vygotskyanos, Tomasello postula que a filogênese é compactada na ontogênese e que, no período crítico do amadurecimento individual, entre os 9 e os 12 meses da vida de um bebê, **manifesta-se a capacidade inata de compartilhar a atenção pela projeção da própria intencionalidade como princípio interpretativo do interlocutor**. Indícios desta capacidade têm uma primeira manifestação pré-lingüística \_ nos movimentos do olhar, no ato de apontar, nos acompanhamentos do ato de apontar.

De fato, a capacidade de adquirir linguagem exige condições ontogenéticas correspondentes às várias atividades comunicativas não-lingüísticas de que participam adultos e crianças em idade pré-lingüística. Praticando o compartilhamento da atenção, ao perceberem seus co-específicos como agentes intencionais, os seres humanos tornaram-se capazes de manipular sua própria atenção em cenas que envolvem objetos e atividades, os quais virão depois a ser focalizados em função do trabalho intelectual.

A aquisição da linguagem se processa quando a criança participa de, e compreende cenas de atenção compartilhada em que os adultos desenvolvem um tipo especial de intenção: a intenção comunicativa. A compreensão da intenção comunicativa exige que a criança perceba a intenção de outra pessoa em relação ao seu próprio estado de atenção. Em outras palavras, para entender que a intenção do outro é chutar uma bola, é necessário que a criança determine não apenas o seu objetivo, mas, para compreender o que a outra pessoa pretende dizer quando emite o som **bola**, a criança tem que determinar o objetivo do interlocutor, não só com relação a seus próprios estados de atenção, mas também em relação a uma terceira entidade.

Finalmente, para que a criança aprenda a usar um símbolo comunicativo é necessário que ela se envolva em uma aprendizagem por imitação com inversão de papéis. Isso significa que a criança tem que aprender a usar um símbolo dirigido ao adulto da mesma forma como o adulto o usou dirigido a ela.

Não basta à criança substituir o adulto como agente; ela tem que colocar o adulto como alvo do ato intencional (a criança tem que substituir seu próprio estado de atenção pelo estado de atenção do adulto).

A inversão de papéis presente nesse tipo de imitação é possível graças à visão externa que a criança tem da cena de atenção conjunta. Os chimpanzés e algumas crianças em idade pré-escolar compreendem os signos comunicativos de forma muito diferente de como nós, falantes aptos, o fazemos, exatamente porque cada participante só entende seu próprio papel, resultado da perspectiva interna que assumiram.

Embora para a aprendizagem da língua materna, seja necessário uma pré-disposição sociocognitiva (a capacidade de projeção da própria intencionalidade), é indispensável, para

que o processo se efetue, que a criança interaja no meio social em que vive e se envolva ativamente no seu aprendizado.

Ao mesmo tempo em que estão adquirindo palavras, as crianças também adquirem construções lingüísticas mais complexas. Essas construções são tipos específicos de *gestalts* lingüísticas; por exemplo, a criança aprende um verbo juntamente com a valência dele. O verbo *dar*, por exemplo, inclui, na sua expressão e na sua compreensão, os papéis semânticos de *doador*, da *coisa doada* e do *recebedor da doação*, todos pertencentes à cena conceptual da *doação*.

Na perspectiva assumida por Tomasello, não há diferença substancial entre o processo cognitivo de aquisição de uma **nova palavra** ou de um **esquema sintaticamente mais complexo**.

A criança tem que descobrir quais aspectos da atenção compartilhada o adulto pretende que ela use para empregar uma certa construção. Além disso, precisa compreender que cada elemento individual da construção desempenha um papel distintivo na intenção comunicativa considerada, processo que Tomasello designou como **análise distributiva funcional**. Para aprender isso, a criança se envolve em um **aprendizado por imitação** no qual observa várias vezes a mesma atividade. Teríamos, então, a aprendizagem pela fase vygotskyana de **fala externa** sendo progressivamente internalizada.

As primeiras construções lingüísticas usadas pelas crianças são as **holófrases**, expressões lingüísticas constituídas de uma só unidade, que valem por todo um ato de fala, por exemplo, “*mais*”, para dizer “*Quero mais suco*” ou “*Quero brincar mais*”.

Num estágio mais avançado, as crianças passam a usar as construções verbais insuladas, que são verbos com encaixes específicos para os argumentos que compõem a sua valência predicativa. Supõe-se que este padrão seja adquirido com base no uso, tal como



ocorre quando as crianças ouvem os adultos dizerem coisas como *mais suco, mais leite, mais biscoitos, mais uvas*, e daí dessa reiteração depreendem o esquema sintático abstrato *mais \_\_\_\_\_*.

A hipótese de Tomasello, além de ser inequivocamente vygotskyana, como aliás, ele faz questão de reconhecer, implica também uma concepção de gramática-baseada-no-uso, que o leva a reencontrar tipologistas e funcionalistas e o afasta totalmente dos estudos gerativos de aquisição.

#### **2.4.2-O Envolvimento Dialógico com Outras Mentes Através da Linguagem e a Internalização de Perspectivas**

As representações simbólicas que a criança aprende em suas interações sociais são especiais porque são subjetivas (envolvem símbolos socialmente partilhados) e perspectivais (cada símbolo expressa uma maneira particular de conceber alguma situação).

A capacidade humana de simbolização assenta nestas duas importantíssimas condições: uma é a capacidade de **categorização**, que, na sua versão menos complexa, é uma capacidade pré-lingüística e aparentemente partilhada com outras espécies de animais sociais (tais como primatas, lobos, etc.); concerne à capacidade de **tratar diversas entidades, ou diversas manifestações fenomênicas, como instâncias de uma mesma classe** (superordenada, ou mais abstrata, ou analogicamente relevada, etc.)

A outra é a capacidade de **assumir uma certa perspectiva a respeito de uma cena**, perspectiva que pode ser modificada frente a determinações contextuais ou pragmáticas específicas.

Assim é que a criança é capaz de reconhecer *Totó*, *Mimi* ou o *ursinho estofado* como *bichos de estimação* que podem ser (e provavelmente serão no futuro) ulteriormente *diferenciados e reclassificados*. Do mesmo modo, ele também será capaz de pensar sobre *Totó* como *um cachorrinho*, ou como *meu cachorrinho*, ou como, *meu melhor amigo*, ou como *o bicho de que vovó tem horror*, alternativamente. De uma forma menos subjetivizada, será também capaz de descrever uma certa situação como *Totó derramou o leite* ou *O leite derramou*, enquadrando distintivamente a mesma cena conceptual.

Disso decorre que o significado simbólico não é estático, preso à forma. O falante deve construí-lo em cada cena de atenção partilhada, situação que a criança chega a dominar através da aprendizagem por imitação: assim ela há de perceber que existem restrições na escolha de um vocábulo ou de uma construção à medida em que aprende outras alternativas no decurso de um esforço de compartilhamento da atenção.

A troca lingüística proporciona informações sobre como operam as outras mentes: a hipótese de Tomasello é que a percepção dos outros como agentes mentais emerge bem depois da percepção dos outros como agentes intencionais. Aproximadamente, aos quatro anos, a criança entende que as outras pessoas têm crenças que diferem das suas, o que ocorre ao se envolverem em conversas, nas quais diferentes perspectivas são expostas, seja através de um desacordo, ou de um mal entendido, ou de um pedido de esclarecimento ou no curso de uma conversa reflexiva.

A linguagem permite que a criança se envolva dialogicamente com outras mentes, o que acaba por transformar suas habilidades cognitivas básicas em habilidades cognitivas extremamente complexas e sofisticadas. A criança entende que as opiniões e conceitos expressos por outras pessoas são externos a ela. No processo de imitação, a criança escolhe ou não essas opiniões e conceitos como seus próprios, internalizando-os.

É indiscutível que o discurso do outro seja, na antropologia lingüística de Tomasello, não apenas fator crítico para o desencadeamento do processo psicogenético, mas constitutivo do próprio fenômeno de linguagem. Não há como pensar, nestes termos, uma competência lingüística como capacidade estritamente subjetiva, embora ela também o seja \_ e tenha vindo a sê-lo por força das experiências interativas de que o sujeito tenha participado. A distinção crucial frente a Chomsky é que esta participação, longe de ser mero gatilho no processo de aquisição, é decisiva do ponto de vista da acumulação e do uso.

Por esta razão, a capacidade lingüística resultante é **deriva de discursos, polifônica**. Isso explicará sua versatilidade: sua condição de abstração reflexiva e meta-reflexiva pela apropriação do discurso do outro como discurso próprio, numa fase mais elementar, e, depois, de citação de discurso do outro (de renovação do discurso do outro: de sua transformação) numa fase lingüisticamente mais madura e cognitivamente mais sofisticada.

## **2.5-A Abordagem do Discurso do Outro pela Lingüística Cognitiva**

A lingüística cognitiva, desenvolvida na Califórnia a partir dos finais da década de setenta, não obstante sua raiz gerativista, dispõe de uma larga condição epistemológica de conviver com o legado interacionista e, inclusive, de absorvê-lo na sua matriz teórica.

Em primeiro lugar, porque sua hipótese central é a da **continuidade da cognição lingüística com as demais modalidades cognitivas** (SALOMÃO 2006; Lakoff 1987); a lingüística cognitiva é visceralmente não modularista. A idéia-chave é de que a capacidade da linguagem (tanto do ponto de vista filogenético como ontogenético) se desenvolva

através das experiências mais básicas da vida humana e a partir de capacidades cognitivas gerais, não especificamente lingüísticas. Lakoff (1987; 1999) chega a denominar sua postura epistemológica de **realismo experiencialista** pela ênfase no papel da experiência como fundação da cognição e da linguagem.

Em segundo lugar, porque a hipótese mais importante sobre semântica na lingüística cognitiva é a de que **significados são relativizados a cenas** (Fillmore 1977; 1982; 1985) e produzido como **projeções entre domínios cognitivos** (Lakoff 1987; Lakoff & Johnson 1980; Fauconnier 1994; 1997).

Essas duas hipóteses articuladas (a hipótese não-modularista sobre a linguagem mais a semântica dos enquadramentos) são absolutamente consistentes com os achados de Tomasello nas áreas da antropologia evolutiva e da aquisição da linguagem \_ achados que, como já vimos, fazem reviver, em outra linha, algumas fecundas intuições de Bakhtin e de Vygotsky. A idéia de que a aprendizagem da linguagem passa pela interação e pelo uso (pela experiência, pois) através da projeção introjetada da intencionalidade do interlocutor (nada mais do que um tipo de projeção entre domínios) reforça conceitos centrais em lingüística cognitiva e pode vantajosamente ser tratado através da abordagem cognitivista da referenciação \_ **a teoria dos espaços mentais**, primeiro proposta por Gilles Fauconnier em meados da década de oitenta (edição francesa de 1985).

### 2.5.1-Elementos de Teoria dos Espaços Mentais

A teoria dos espaços mentais foi inicialmente proposta como alternativa às teorias correspondentistas da referência que, com base em posicionamentos clássicos, formalizados por Frege e Tarski, postularam que a referência de um signo se dava pela relação entre

linguagem e universo discursivo (quase sempre, o “mundo real”) através de uma função intencional \_ o sentido do signo.

Esta abordagem da referência gera um sem número de problemas classicamente reconhecidos pelos tratadistas, como a **opacidade referencial** (*Édipo quer se casar com sua mãe*), a **referência atributiva** (*O Reitor da Universidade tem um mandato de quatro anos*), a **referência em contexto quantificador** (*Cada aluno nesta classe fala duas línguas*), a **referência em contextos modalizados** ( *Talvez Romeu ame Julieta*), entre tantos outros enumeráveis.

Isso sem falar de problemas conexos ao estudo da referenciação, como sejam os problemas da **projeção de pressuposições** (*Se Ana tem filhos, seus filhos estudam inglês*) ou do cálculo das relações composicionais em sentenças **condicionais** e **contrafactuais**.

Todas essas questões foram tratadas por Fauconnier de forma elegante e convincente a partir da postulação de que os domínios da referência, ao invés de serem tratados como **domínios lógicos**, passassem a ser tratados como **domínios cognitivos**, provavelmente áreas da memória de trabalho no processamento psicológico da expressão lingüística. Sendo domínios cognitivos (áreas de trabalho da interpretação/ produção simbólica), não precisariam ser inteiramente especificados a cada uma de suas instanciações: **basta instanciar as dimensões conceptuais que estivessem sendo focalizadas**, decisão que parece empiricamente bem fundamentada pelo estudo de outras modalidades de processamento cognitivo (da percepção visual, por exemplo).

Deste modo, Fauconnier conseguiu tratar de forma unificada todos os casos em que se processa a distribuição da referência em mais de um domínio de referenciação (pela apresentação de perspectivas alternativas no campo das **crenças**, dos **tempos cronológicos**, das **representações dramáticas**, etc.) Esta dispersão da referência é desencadeada

lingüísticamente por marcadores específicos, os chamados **introdutores de espaço**, ou **space-builders**.

A operação sempre parte de um espaço-base que ancora temporariamente o discurso e seu enunciado em termos de especificações dêiticas mínimas. Assim, por exemplo, consideremos (5):

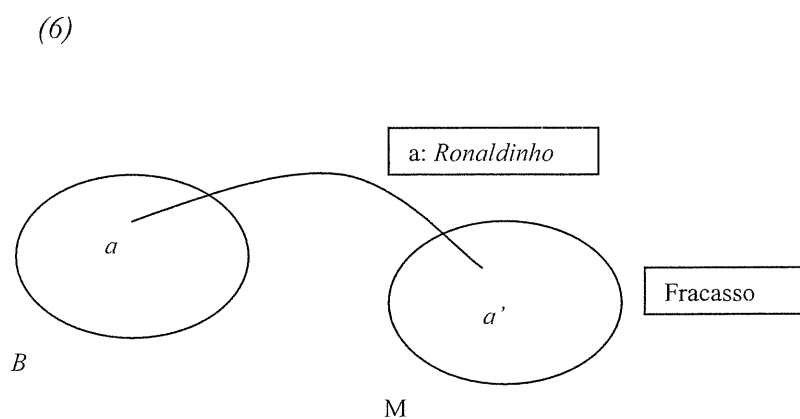
(5) (a) *Na Copa, Ronaldinho foi um fracasso.*

(b) *O Kfourri achou o Ronaldinho um fracasso.*

(c) *O Kfourri disse que o Ronaldinho é um fracasso.*

(d) *Talvez o Ronaldinho seja um fracasso.*

Em todos estes casos, teremos esquematicamente processos de referenciação que envolvem a seguinte configuração:



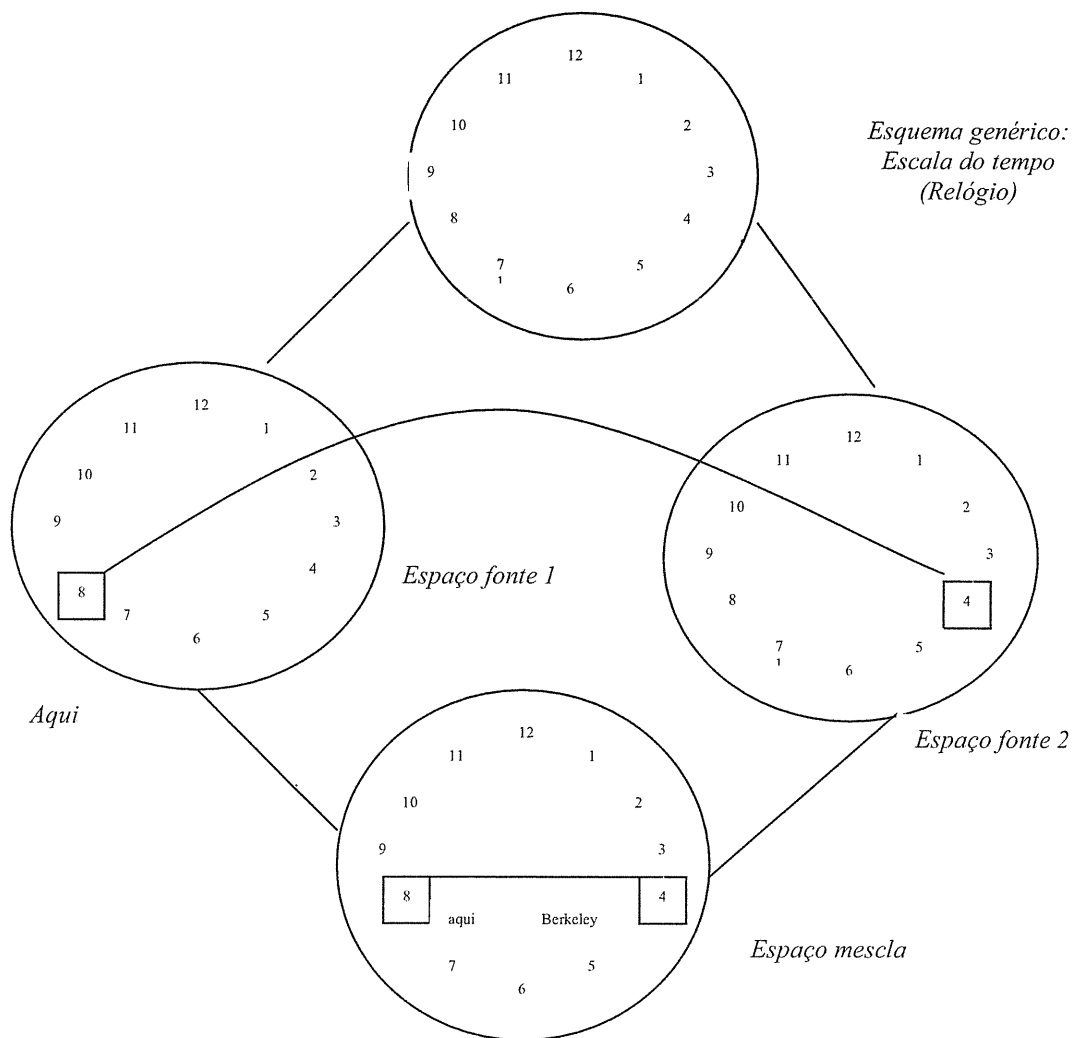
Obviamente, uma análise mais detalhada de cada caso especificaria, para cada qual, a natureza de M em (5): **uma situação datada** em (5) (a); **uma opinião** em (5) (b); **um discurso** em (5) (c); **uma possibilidade** em (5) (d). Todos são, entretanto, casos de distribuição da referência, que exigem que se postule uma contraparte *a'* para a entidade *a*, cuja existência é pressuposta no Espaço-Base.

A possibilidade de configurar desta forma, cognitivamente plausível, **a distribuição de referências por diversos planos epistêmicos** \_ que podem brotar das mais diversas situações comunicativas \_ é inteiramente convergente com a preocupação de Tomasello de enfatizar a **qualidade perspectival** do signo lingüístico, essencial para que se estabeleça o tipo de dinâmica interacional que ele postula como base de toda experiência humana da linguagem. Assim, pois, é possível conceptualizar Ronaldinho como *playboy*, ou como *ex-jogador do Grêmio*, ou como *o melhor jogador do mundo em 2005*, dependendo do perfil comunicativo que se queira relevar.

Outro ponto importante a acrescentar é o desenvolvimento vivido pela **teoria dos espaços mentais** nos últimos dez anos, quando, Fauconnier e Turner (1996; 2002) propuseram uma explicação para o processo cognitivo (não estritamente lingüístico) de **integração conceptual**, que envolve o chamado princípio cognitivo da **mesclagem**.

A inovação consiste em postular uma configuração mínima de quatro domínios \_ **dois espaços fonte**, interrelacionados homologicamente por via de um **espaço genérico**, dos quais procedem elementos que migram para um quarto espaço, o **espaço mescla**, cuja emergência ativa toda a rede. Não se trata, pois, de um processo derivacional (direcional), mas de uma **conexão em rede**, que processa, desta forma a integração. Apresentamos, abaixo, um exemplo deste fenômeno \_ a chamada **mesclagem por espelho**.

(7) Em Berkeley, agora são 4 da manhã.



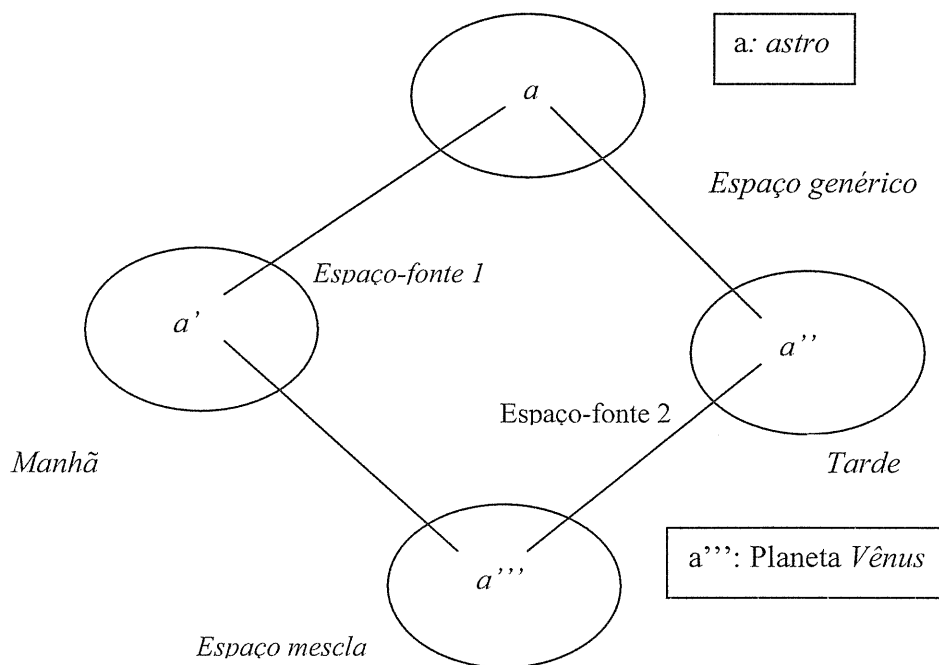
O ponto importante é que o entendimento de enunciação em (7) \_ o entendimento da mescla \_ requer não só a migração da informação dos espaços-fonte para o espaço-mescla, mas a ativação dos próprios espaços-fonte (ou seja, da mescla até cada um dos pares espaço/tempo).



É importante mencionar que situações de referenciação, mesmo abreviadamente configuradas como em (6), são também casos de integração conceptual por mesclagem. Se não, vejamos o caso do célebre exemplo fregeano, citado em (8) e analisado em (9):

(8) *A estrela da manhã é a estrela da tarde.*

(9)

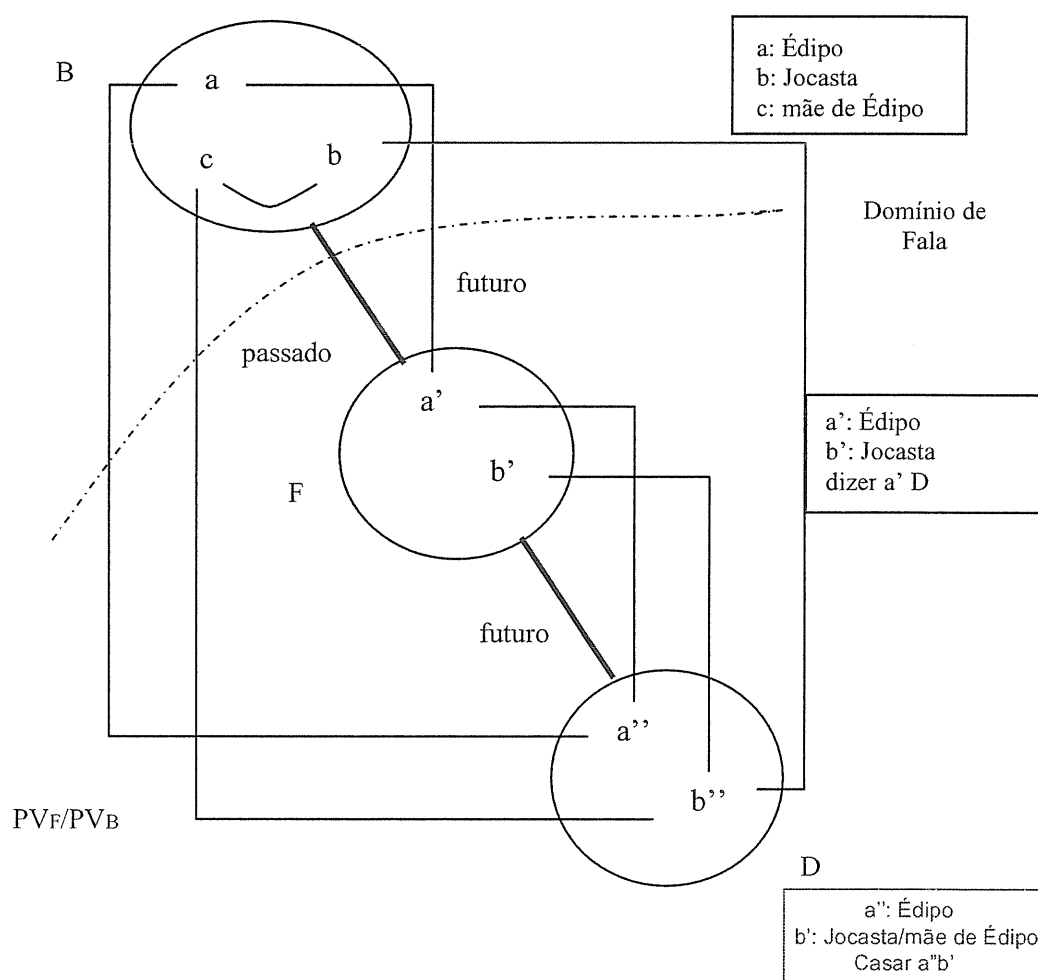


As expressões *estrela da manhã* e *estrela da tarde* designam duas perspectivas/dois planos epistêmicos de manifestação fenomênica do planeta Vênus. A complexidade desta

multiplicação de perspectivas fica presente em um exemplo como (10) e sua análise em (11):

(10) *Édipo disse que quer se casar com a mãe.*

(11)



Como deliberadamente mesclamos um evento de fala reportada com um caso de opacidade referencial, podemos ilustrar alguns importantes conflitos expressos na distribuição de pontos de vista, tempos e identidades:

- (a) O espaço D (*dictum*) expressa os Pontos de Vista do Enunciador (Édipo) em F e do Narrador em B;
- (b) O espaço D é FUTURO em relação a F e a B, mas F é PASSADO frente a B;
- (c) O elemento b'' é contraparte de b' (Jocasta) e de b (Jocasta/ mãe de Édipo).

### 2.5.2-O Espaço de Fala

Os verbos *dicendi* são aqueles que introduzem o discurso do outro. Nestas condições, não podem ser entendidos como predicados comuns. Pelo fato de funcionarem como construtores de espaço e seus SNs Objetos configurarem um espaço mental no domínio do discurso, esses predicados são caracterizados como proposicionais.

Fauconier (1997: 89) elenca as seguintes características dos verbos *dicendi*:

(i) *O ponto de vista relevante pode ser o do falante ou do sujeito do evento da fala reportada;*

(ii) *O espaço da fala representa um período de tempo que inclui minimamente o tempo do evento de fala reportada;*

(iii) *O espaço da fala, e todos os espaços subordinados a ele, constituem o mesmo domínio de fala;*

(iv) *Uma configuração contendo um domínio da fala tem dois pontos de vistas inerentes, um da base e outro do espaço da fala;*

*(v) Espaços no domínio da fala são assinalados com o estatuto de fato passado, ou de predição em relação ao espaço da fala;*

*(vi) Espaços no domínio da fala podem ser acessados através dos seguintes domínios: diretamente do espaço da fala, diretamente da base, ou da base através do espaço de fala.*

Relatar o dito, como se vê, é um grande desafio, tendo em vista a circunstância do apagamento da distinção entre os discursos (entre o discurso narrado e o discurso reportado).

Exatamente pela sua complexidade, que é complexidade constitutiva da linguagem como processo cognitivo e como processo social, o fenômeno do discurso reportado (ou o fenômeno do “discurso do outro”) desfruta de tanto prestígio nos estudos da linguagem.

### 3-UMA ANÁLISE ARGUMENTAL DO DISCURSO REPORTADO

#### 3.1-O Discurso do Outro no Big Brother Brasil

O presente capítulo é dedicado à recensão de uma produção recente \_ a tese doutoral de Luiz Fernando Matos Rocha, desenvolvida sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Lílian Vieira Ferrari em 2004, na UFRJ. Escolhemos este texto da literatura sociocognitiva porque ele representa uma abordagem competente do problema que prefiguramos no capítulo anterior.

Rocha (2004) é singular por realizar uma análise de *corpus*, na contramão da maior parte dos estudos cognitivos. Não apenas isso. O fenômeno estudado tem um registro televisivo, o que provoca a curiosidade sobre outras marcas significantes (postura corporal, direção dos olhares, expressão facial) que, sem dúvida, devem compor uma situação investigativa ainda mais rica.

O texto oferece uma ilustração eficaz das teses de Bakhtin, Vygotsky e Tomasello sobre o caráter constitutivamente dialógico da expressão lingüística, em que, de fato, é difícil (ou impossível) identificar autorias. E isso num ambiente extremamente complexo, no qual, como Rocha observa, existe uma dupla pressão sobre o trabalho da face: há o processo das interações internas (“dentro da casa”) e o de relação com o público (que, afinal, é quem vota sobre quem fica ou quem sai do jogo). Neste contexto, autorias são reivindicadas ou atribuídas tendo em vista os interesses prevalecentes na competição.

Para tratar deste problema, Rocha postula a categoria da **mímese** não apenas como figura retórica, mas como essencial estratégia sociocognitiva nesta cena que é apropriadamente comparada com a *Comédia Dell’Arte*: os dramas instanciados são dramas em seu próprio direito mas também são entretenimento \_ representação para terceiros, os

telespectadores. Assim, os discursos praticados têm todos um viés argumentativo, em que os participantes retomam e justificam incessantemente as ações e os discursos que cometeram. Sob este ângulo, o *corpus* é ideal para quem quer estudar o discurso do outro.

No curso de sua análise, Rocha levanta este e outros pontos, como a interessante metonímia FALAR POR PENSAR ou a sistemática “invenção” dos discursos reportados, que não compõem entretanto, o eixo problemático que gostaríamos de debater. O foco de nossa própria leitura está na análise construcional oferecida na tese, que abre inúmeras frentes para a conversa interessada.

Assim é que Rocha lança mão do trabalho de Goldberg em que ela propõe sua própria versão da gramática das construções, voltada para a especificação das estruturas argumentais da predicação.

Esta investida de Rocha é importante porque o leva a desconstruir a tipologia presente na tradição gramatical (**discurso direto**, **discurso indireto** e **discurso indireto livre**) que, aplicado a um **corpus** de interação oral e presencial, revela-se completamente insustentável. Além disso, e este é um ponto forte da tese de Rocha, o dado prosódico manifesta-se tão relevante quanto o dado sintático para a identificação das formas lingüísticas mais recorrentes do discurso reportado.

Ainda dentro da constelação das idéias postas em circulação pela Linguística Cognitiva, Rocha observa, a meu ver acertadamente, que as construções **dicendi** são motivadas metaforicamente pela metáfora do conduto. Voltaremos a examinar esta observação sob uma outra angulação.

Rocha também aponta, na vertente “interacionista” de sua análise, que as construções **dicendi** têm um **perfil modalizante** \_ no sentido de desobrigar os falantes das

conseqüências pragmáticas de suas enunciações. Também esta constatação de Rocha voltará a ser tematizada no próximo capítulo.

O grande mérito do trabalho de Rocha, além da coragem de enfrentar dados difíceis até de transcrever, está na sua demonstração de que a expressão lingüística é fundamentalmente uma tentativa de “busca de vinculação” nas redes da convivência humana. Como a parte de sua tese que mais nos interessa é a análise construcional, faremos na próxima seção uma breve resenha da proposta de Goldberg.

### 3.2-A Gramática das Construções como Hipótese sobre a Linguagem

A gramática das construções, tal como Minas Gerais, são muitas, o que fica claro no texto de Salomão de 2003; aparentemente, algumas delas bastante incompatíveis entre si. Há, entretanto, pontos em comum que caracterizam este programa de pesquisa, dos quais gostaríamos de destacar dois:

- (a) **O caráter idiomático da expressão lingüística:** Diferentemente das teorias gerativas que predizem que as enunciações resultam de regras (ou princípios), dotados de ilimitada produtividade, as abordagens construcionais concedem, na cognição lingüística, um lugar muito mais importante à memória; embora haja esquemas expressivos abstratos, que podem se revelar muito produtivos (e.g. em Português, o esquema  $[N+s]$  para os Plurais), a gramática inclui também esquemas semi-produtivos (e.g. o esquema  $[N+\tilde{a}es]$ , também para o plural em Português), ou absolutamente improdutivos (e.g. o fato de que o plural de *lápiz* em Português é *lápiz*, ou o fato de que a expressão nominal *calças (compridas)*

só tenha uma variante morfológica no plural, ainda quando conceptualmente designe uma única entidade)

- (b) **A continuidade entre léxico e sintaxe:** A rigor, pode-se dizer que “tudo está no léxico”; uma vez que se considera que esquemas abstratos (morfológicos ou sintáticos) estão armazenados na memória, a diferença entre um “item lexical” tradicional (e.g. o Nome *guarda-roupa* ou a expressão formulaica *Muito obrigada*) e uma construção sintática como a Passiva está apenas no fato de que os primeiros são completamente especificados em termos de seus itens formantes, enquanto que esquemas como a Passiva são parcialmente especificados (e.g.  $SN_1 + ser + V + do + (por SN_2)$ )

O entrelaçamento destas duas idéias-força se dá pela postulação do **conceito de construção** lingüística, um par forma-sentido, que, nos termos de Goldberg (1995:4), não seja preditível a partir das propriedades dos componentes que a constituem. Podem ser tratados como construções lingüísticas o sufixo de plural em Português  $\{+s\}$ , o esquema Nominal de Pluralização  $[N+s]$ , um Nome que possa ser projetado neste esquema (por exemplo, *caneta/canetas*), um esquema semântico-sintático como a Passiva, expressões escalares em pares semi-especificados como  $[quanto\ mais\ S\ mais\ S]$ , expressões formulaicas como *Quantas horas?*, provérbios, bordões, gênero textuais.

Goldberg (1995), que é a hipótese sobre gramática das construções com que trabalha Rocha (2004), é basicamente um esforço de tratar em termos de construções lingüísticas a especificação da estrutura argumental de inúmeros predicados. A idéia mais importante que daí resulta é o tipo de relação entre predicação verbal e a moldura sintática em que o verbo pode ser instanciado. Estudando em Inglês, as chamadas construções



ditransitivas, Goldberg postula que a identificação de esquemas sintáticos, portadores eles próprios de sentido (como, por exemplo, e mais uma vez a Passiva), representa uma economia analítica e expressa uma genuína generalização sobre a capacidade humana da linguagem.

Consideremos os exemplos em Português da dissertação de Pulhiese (2004), que trata da CONSTRUÇÃO DO PREJUDICADO, identificada em Salomão (2002) (construções do tipo *Vê se não me morre afogado, hein!*) A sentença mencionada apresenta o verbo intransitivo *morrer* com um “Objeto Afetado”. Uma solução não-construcional implicaria que o verbo *morrer* aparecesse com uma entrada lexical no “dicionário mental” contendo esta valência. Goldberg (1995: cap.2) defende que esta situação é indesejável. Resolver este problema em termos construcionais é o coração da proposta goldbergiana.

Vejamos, então, sempre acompanhando Pulhiese (2004: 37-40), como lidar com tais situações. Segundo Goldberg (1995: 43-65), a interação entre informação lexical e sintática dá-se pela correspondência entre **funções participantes** (elementos na cena cognitiva evocada pela predicação) e **funções argumentos** (elementos na cena cognitiva evocados pela valência da construção)

O exemplo de Pulhiese considera o verbo *assar*, que evoca uma cena com dois participantes: QUEM ASSA (O ASSADOR) e a COISA ASSADA. Numa sentença como *Maria assou o bolo*, que instancia uma CONSTRUÇÃO TRANSITIVA, estes participantes são mapeados na posição de argumento da construção. Na notação goldbergiana, teríamos (12):

(12)

<i>Sem:</i>	<FAZER MUDAR>	< AGT.	PAC. >
	 R		
<i>p:</i>	ASSAR	< ASSADOR	COISA ASSADA >
<i>Sx:</i>	V	Suj	Obj. dir.

Goldberg (1995:50) dispõe que a adequação entre **argumentos** (primeira linha da matriz em (12)) e **participantes** (segunda linha da matriz) é regulada pelos princípios da **coerência** (compatibilidade semântica entre as funções) e da **correspondência** (que estabelece os recortes cognitivos obrigatórios)

Vejamos, agora, que eu queira dizer que *Maria me assou um bolo*, aumentando a valência do predicador *assar*. Neste caso, ao invés de registrar no léxico uma valência **ad hoc** do verbo *assar*, simplesmente identificarei este uso como instância da CONSTRUÇÃO DO BENEFICIÁRIO, à frente representada:

(13)

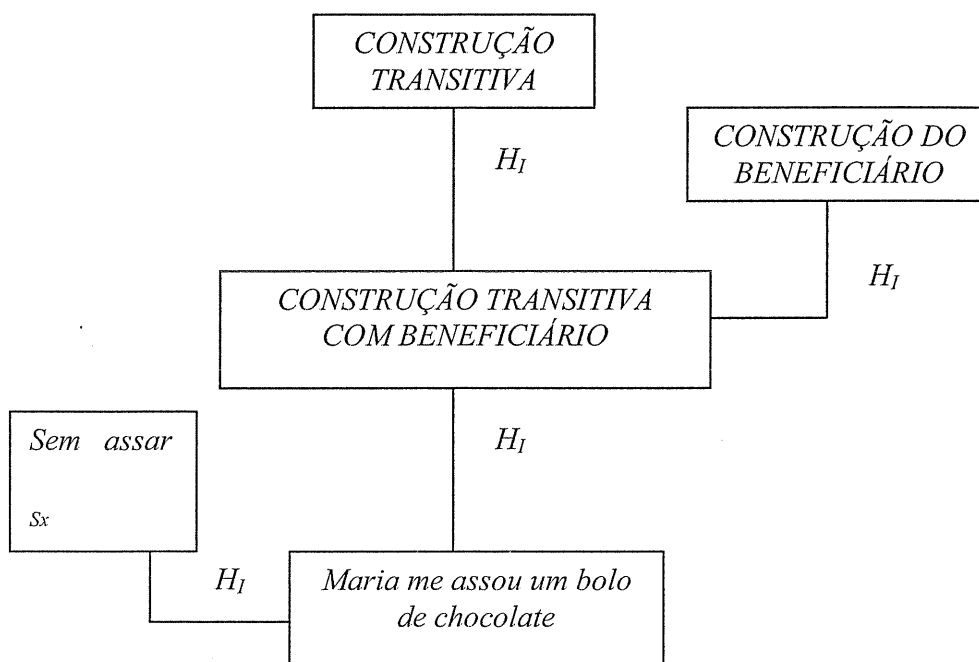
<i>Sem:</i>	<FAZER RECEBER>	< AGT.	PAC.	REC. >
				⋮
<i>p:</i>	ASSAR	< ASSADOR	COISA ASSADA	>
<i>Sx:</i>	V	Suj	Obj. dir.	Obj. Ind.

A notação em (13) ilustra o fato de que o RECIPIENTE (o Beneficiário) não procede da valência do verbo: vide a linha pontilhada entre a 1ª e a 2ª linha da terceira coluna da matriz; o acréscimo na valência observada resulta da sintaxe/semântica da construção.

Goldberg (1995: 67-100) também ressalta que o conjunto das construções de uma língua não é um conjunto desestruturado. Na verdade, as construções organizam-se em **redes** (hierarquizadas), relacionadas por **relações de herança**, que explicam as propriedades particulares de cada construção. Como observa Salomão (2002), as redes de Goldberg presumem relações de **herança parcial**, em contraste com Fillmore e Kay, cujo modelo prevê **herança completa**.

Tomando emprestado de Pulhiese (2004: 40) a rede que ela sugere para um pequeno conjunto de construções do Português do Brasil, ilustramos abaixo este ponto:

(14)



Neste diagrama, como observa Pulhiese,  $H_1$  significa **Herança por instanciação**, um dos quatro tipos de relações de herança previstas por Goldberg. As outras três são heranças por **polissemia**, **metaforização** e **subparte**. A relação de polissemia, como já tem sido observado por Miranda (comunicação em sala de aula), não é um tipo de herança; é uma característica da rede. A relação de metaforização (por exemplo, a relação entre as construções de MOVIMENTO CAUSADO e de MUDANÇA DE SITUAÇÃO: *Ele deixou a bola em frente ao gol/ Ele me deixou arrasada*) é um tipo de relação que pode gerar uma Polissemia. A relação de subparte, ou metonímia, tratada em outras teorias como instanciação de construções independentes, pode também ser pensada como uma relação de

projeção metonímica (evocação de um fluxo de situações pela menção de uma delas, e.g. *A roupa secou* vs *O sol secou a roupa*).

Uma parte importante da abordagem de Goldberg é o tratamento desses esquemas sintático-semânticos (seja as predicções, seja as construções que elas instanciam) como idiomatizações referentes a esquemas cognitivos que são experiencialmente básicos ou socialmente muito relevantes. Neste sentido, as matrizes aqui ilustradas de fato correspondem a específicos enquadramentos (i.e. específicas perspectivas) sobre as cenas conceptuais a serem evocadas.

Rocha (2004), a exemplo de vários autores (Pulhiese, inclusive) que vêm trabalhando com a literatura sociocognitiva, expõe também as soluções oferecidas em Mandelblit (1997), para lidar com as redes goldbergianas em termos de **mesclagem**, uma opção especificamente operativa para abordar casos de **herança múltipla**. Não procederemos aqui à recensão desta possibilidade, visto que ela em nada acrescenta à discussão que queremos travar.

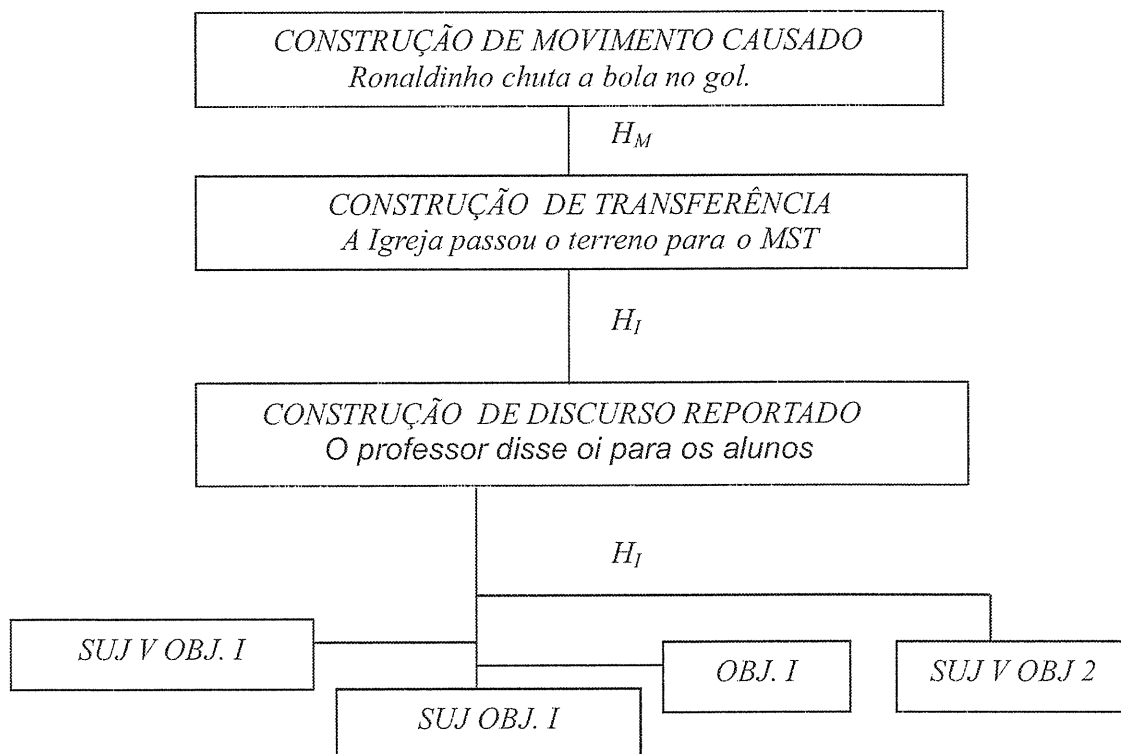
### 3.3-A tipologia das construções dicendi no BBB

Rocha (2004), no grande esforço descritivo que se registra às pp. 137 a 200 de sua tese, desde logo anuncia a eleição do critério sintático para isolar ocorrências de expressões do discurso reportado (p. 136), não obstante assinala a concorrência de outras semioses e seja, no seu quadro-resumo a p.195, extremamente cuidadoso em apontar diferenças de perfil prosódico entre as expressões.

As quatro variantes sintáticas apontadas são tratadas como instanciações de uma construção básica **SUJ V OD Oblíquo** (p.150), que é por sua vez motivada por herança a

partir da construção de MOVIMENTO CAUSADO. A construção básica de DISCURSO REPORTADO é estendida metaforicamente (por força da metáfora conceptual convencionalizada da COMUNICAÇÃO COMO CONDUCTO) a partir da construção de TRANSFERÊNCIA e esta é, por sua vez, estendida metaforicamente a partir do MOVIMENTO CAUSADO. A rede resultante apresenta a seguinte configuração, exposta na p.154, e aqui incluída como (15):

(15)



Os quatro esquemas que constituem a última ramificação desta rede hierarquizada são instanciações da construção básica, das quais não se postula que haja alguma mais central, embora seja oferecida a sugestão de que o esquema SUJ V OBJ 2, por razões ontogenéticas, seja o mais próximo da construção básica (cf nota 44, à p. 133).

Voltaremos à descrição destes esquemas. Antes, porém, é importante registrar que a construção básica postulada (p.154) dispõe de todos os constituintes sintáticos, independentemente de eles instanciarem ou não os esquemas sintáticos verificados como ocorrentes. Rocha justifica este ponto à p. 141:

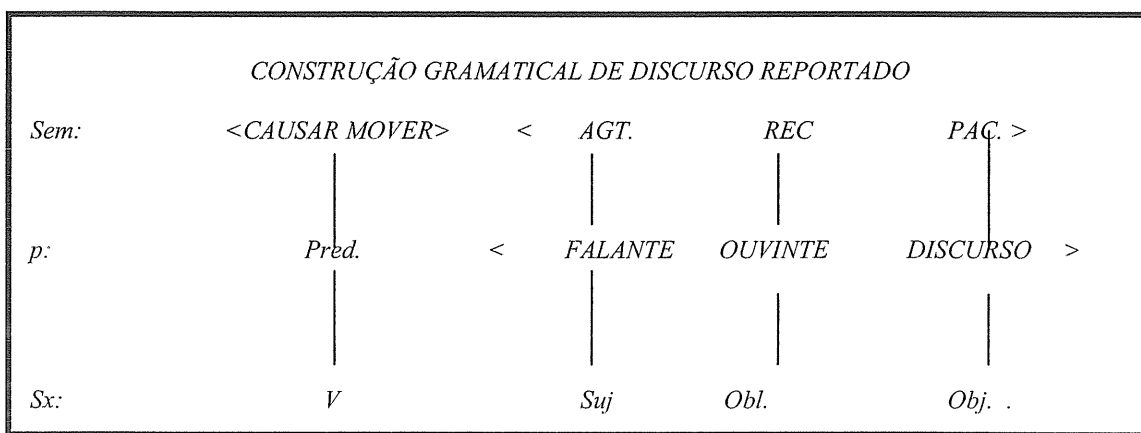
*(...) as construções são unidades esquemáticas mais abstratas e gerais, as quais reservam slots específicos para preenchimento de papéis sintático, semântico e participantes. Por esta razão, existe a possibilidade de constituintes não serem perfilados na instância do conjunto construcional. Tomar uma construção apenas por sua instância é escamotear metonimicamente sua conexão abstrata com outras instâncias semelhantes de construções. Se uma instância de construção não realiza um de seus constituintes como “Ele falou: some daqui!”, a qual subfocaliza o OBL “pra mim”, não significa que esta instância não esteja ancorada numa construção mais abstrata que preveja o preenchimento de OBL.*

*(...)*

As instâncias da construção de DISCURSO REPORTADO, identificadas por Rocha (p. 135-139), todas, sem exceção, subfocalizam o OBL.

Outra questão importante a reconhecer é que, por força das relações de motivação e herança propostas, os papéis sintáticos da construção básica têm também **valor temático**, como fica claro no esquema exposto à p.143 e aqui transcrito como (16):

(16) *João disse oi para ela.*



Evidências apresentadas suplementarmente de que a construção de Movimento Causado é mesmo motivada metaforicamente pela construção de TRANSFERÊNCIA (de tal modo que sua semântica é CAUSAR-MOVER) correspondem aos exemplos elencados na p. 145: as expressões *dá a lista*, *dá a trilha*, a que poderíamos acrescentar *dá a dica*, sugerem que o objeto discursivo é conceptualizado como Propriedade (transferida).

Passamos agora a considerar os esquemas instanciadores da construção do DISCURSO REPORTADO, tal como descritos em Rocha, mais detalhadamente entre as p.158 e 195. A bem da clareza de exposição, repetimos estes esquemas em (17), com suas respectivas exemplificações



(17)

(i) SUJ V OBJ 1: *eu falava ' não, Lé, não precisa'*(ii) SUJ OBJ 1: *ai eu ' por que Leka'*(iii) OBJ 1: *(Estela fala rindo) ah eu vou com você' Leka ((tosse))*(IV) SUJ V OBJ 2: *Ela disse que eu virei pra câmara no Brasil*

A diferença entre *OBJ 1* e *OBJ 2* é que o *OBJ 1* corresponde a casos em que a expressão reportada replica léxico-sintaticamente o enunciado original. Já *OBJ 2* é um caso típico de **sentença com tempo**, na terminologia chomskyana, i.e. introduzida por Complementizador e apresentando as adaptações léxico-sintáticas pertinentes (ajuste de itens dêiticos, mudanças no constituinte **Inflexão**).

Além disso, os esquemas (i-iii) apresentam dois centros dêiticos: o do discurso reportado e o do discurso reportante; já o esquema (IV) apresenta como único centro dêitico o discurso reportante; como corolário, os marcadores afetivos (vocativo, exclamações e interjeições), presentes de (i) a (iii), desaparecem no esquema (IV).

Um ponto interessantíssimo aduzido na análise de Rocha é a **variação no perfil prosódico dos esquemas instanciados conforme a pessoa discursiva do SUJ**. Como se poderia esperar, não há novidade no perfil prosódico de SUJ V OBJ 2: neste caso, ocorre de fato uma absorção da voz reportada no discurso reportante. Nos outros casos, entretanto, a variação do perfil prosódico é um ícone da polifonia produzida: dá-se, de fato, a irrupção da voz do outro no discurso narrativo, especialmente quando se trata de reportar um discurso creditado à 2ª ou à 3ª pessoa discursiva. Rocha observa variações timbrísticas, de intensidade, além da imposição de uma curva prosódica ao OBJ 1, que mimetiza a entoação original.

É exatamente o caráter altamente inovador destas observações que nos encorajaram a retomá-las, oferecendo uma perspectiva analítica complementar.

#### 4-AS PREDICAÇÕES DICENDI COMO MARCADORES EPISTÊMICOS

##### 4.1-Para que uma análise alternativa?

O valente esforço descritivo de Rocha 2004, lido com a atenção que merece, apresenta alguns problemas teóricos e analíticos que nos levam a imaginar que uma outra solução é possível.

O primeiro problema que queremos focalizar é a **postulação de uma construção básica** (Rocha 2004: 145; 147), que aqui representamos como (16), a construção de DISCURSO REPORTADO, da qual os esquemas sintáticos discutidos na seção anterior seriam meras instanciações.

Parece-nos, à luz da leitura pertinente em lingüística cognitiva sobre a semântica dos enquadramentos (cf Fillmore 1977; 1982; 1985; retomado em Croft & Cruse 2004 : 7-39) que há aí uma confusão. O ente teórico que supõe a presença estruturada de todos os virtuais participantes da situação **não é a construção gramatical**; é a **cena conceptual** que é variavelmente enquadrada pela construção ou construções. Portanto, o **domínio** que Rocha postula para ser conjunturalmente “perfilado” é exatamente o **MCI** (Modelo Cognitivo Idealizado) da CENA COMUNICATIVA, que prevê a presença de um COMUNICADOR (o virtual SUJ), o DISCURSO enunciado (os virtuais OBJ 1 ou OBJ 2) e um interlocutor (o virtual OBL).

O argumento que ora apresentamos tem nobres raízes na literatura. A discussão fundadora em lingüística do que seja uma **cena conceptual** a ser enquadrada é a discussão da CENA COMERCIAL, variavelmente evocada por construções lexicais tais como as valências de *comprar, vender, pegar, custar*, etc. Ora, a ninguém ocorreria sugerir que há uma construção básica envolvendo VENDEDOR e COMPRADOR quando se trata de caracterizar a construção instanciada na sentença *O livro de Goldberg custa 15 dólares*. Há sim uma **cena conceptual** tácita, envolvendo VENDEDOR e COMPRADOR, da qual a escolha lexical *custar* focaliza apenas a MERCADORIA e o PREÇO: a construção lingüística ao enquadrar a **cena** impõe sobre ele uma certa perspectiva que **focaliza, desfocaliza** ou **subfocaliza** seus participantes. Os participantes, na sua escalação completa, compõem a **cena**, não a **construção**.

No caso da análise de Rocha (2004), todos os esquemas sintáticos estudados enquadram a cena comunicativa, subfocalizando sistematicamente o INTERLOCUTOR, talvez porque o tipo de discurso praticado assim o permita: é sempre possível identificar o INTERLOCUTOR no contexto; mais importante, entretanto, como esperamos demonstrar, o que está em cena nas expressões descritas é a focalização do ENUNCIADOR e de seu ENUNCIADO.

Na mesma linha, e na esteira de Goldberg (1995), Rocha postula que a construção básica de DISCURSO REPORTADO seja motivada por Herança Metafórica (HM) da construção de TRANSFERÊNCIA, tendo como evidência externa a inegável operatividade da METÁFORA DO CONDUTO na conceptualização de atos comunicativos nos usos contemporâneos das línguas ocidentais. (Detalhes desta proposta constam de Rocha (2004 : 147-159).

Não há como negar nem a pertinência da lembrança nem a expressividade dos exemplos lingüísticos aduzidos (Em *Chutei Sartre*, p. 150 ou os casos de *dá a trilha, dá a lista,, leva-e-traz*, citados à p. 149). O que nos parece mais uma vez é que a relação metafórica postulada se dá entre **domínios cognitivos e não entre expressões lingüísticas**.

Não cabe dúvida de que Discurso (Reportado) seja conceptualizado como OBJETO que se TRANSFERE de EMISSOR a RECEPTOR segundo a METÁFORA DO **CONDUTO**. Isso não implica postular que a semântica da expressão **dicendi** seja < FAZER MOVER > ou que, na suposta construção básica, ao DISCURSO, na posição sintática de OBJETO DIRETO, deva ser atribuído o papel temático de PACIENTE. Tal decisão teórica nos leva inclusive à postulação esdrúxula de atribuir a este OBJ 1 no esquema sintático (iii) o status de Paciente, numa enunciação que nem inclui Agente.

Além disso, a postulação do papel temático Paciente ao OBJ1/OBJ2 nas construções **dicendi** contraria expressamente antigas e veneráveis discussões sobre papéis temáticos, ou “casos semânticos”, em construções equivalentes. Em *The case for case* (Fillmore 1968), o argumento histórico levantado para a postulação de meta-relações semânticas entre argumentos e predicadores é precisamente o contraste que se observa entre **Affectum** e **Effectum**, ambos realizados sintaticamente como **Objeto Direto** em Inglês (e em Português).

(17) (a) *João quebrou o jarro. (Affectum: Paciente)*

(b) *João escreveu a carta. (Effectum: Criação)*

A distinção entre *Affectum* e *Effectum* é que a existência do *Affectum* precede ao ato que o modifica. No caso do **Objeto** das predicacões **dicendi**, o Discurso resulta (é efeito!)

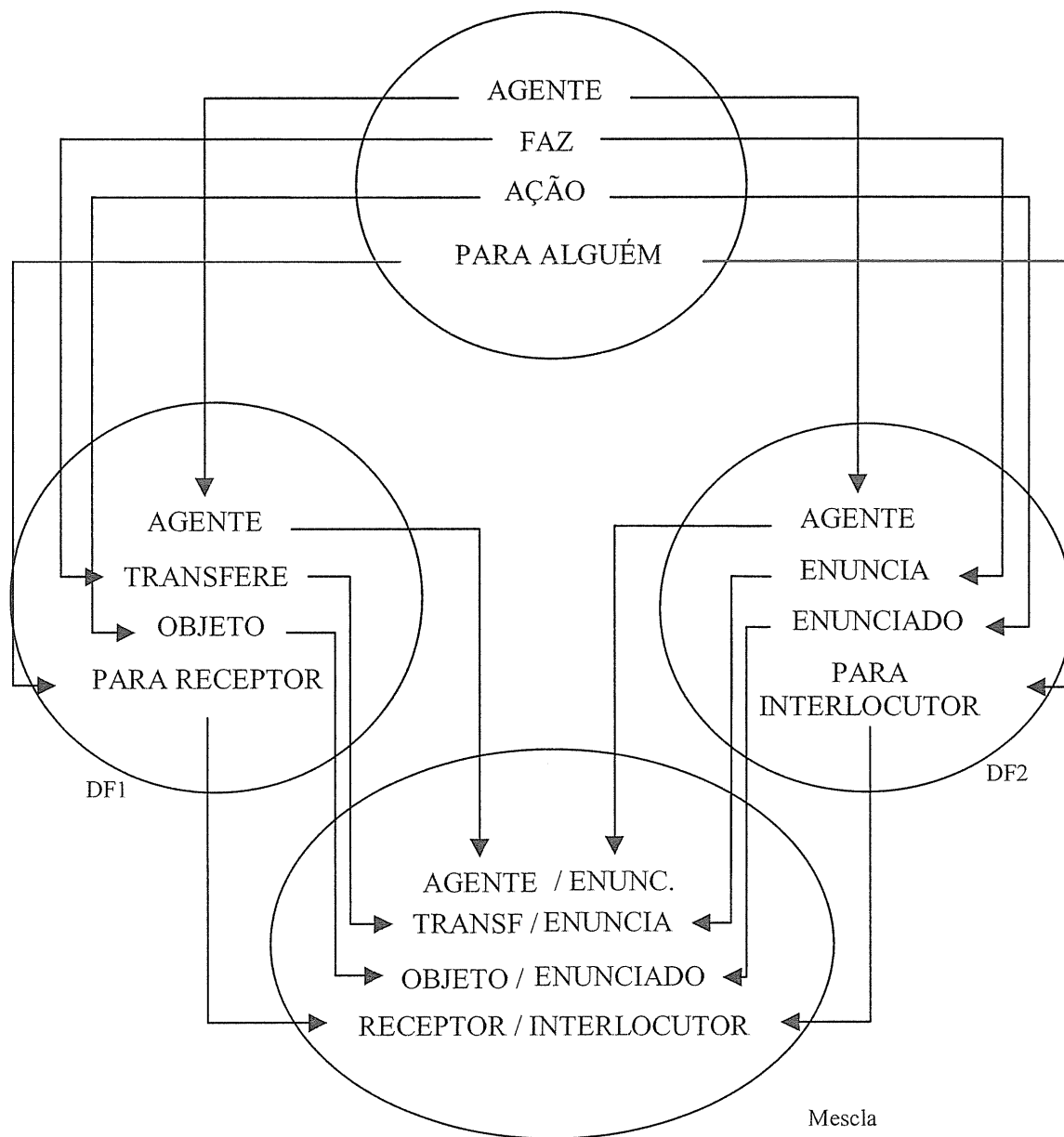
da enunciação; não pode, pois, ser seu **Paciente**. A homonímia presente nos esquemas sintáticos “transitivos” (*João quebrou o jarro; João escreveu a carta; João gritou um palavrão; João tem trinta anos*, etc.) não há de sugerir equivalência nas funções semânticas correspondentes às relações sintáticas **Sujeito e Objeto Direto**.

Entendemos que, no caso, a postulação do papel temático PAC ao OBJ 1/OBJ 2 de construção explica-se pela vinculação desta em termos da herança metafórica à construção de TRANSFERÊNCIA. A decisão teórica assim adotada, seguindo os passos da proposta goldbergiana, leva-nos, entretanto, a uma análise equivocada do ponto de vista do seu teor descritivo. Este é um forte argumento para desafiar a própria proposta goldbergiana.

Pensamos que é desejável salvar a conexão conceptual entre ENUNCIÇÃO e TRANSFERÊNCIA, nos termos da mescla abaixo configurada \_ **mescla entre domínios conceptuais**, sem que isso determine uma especificação das estruturas sintáticas nos termos do primeiro domínio fonte:

(18)

## ESPAÇO GENÉRICO



A integração conceptual em questão assinala a **conceptualização mesclada**, sem que se tenha de postular que a semântica da construção **dicendi** seja **fazer mover**; na verdade, o que se quer reconhecer é que **enunciar** pode ser conceptualizado como **transferir**; do outro lado, ninguém de nós quererá reduzir a semântica de **enunciar** a **transferir**. Com certeza, todo o Bakhtin que lemos nos vacina contra esta tentação.

Além dos problemas sintático-semânticos que mencionamos é nossa convicção que “a adoção do fator sintático” (Rocha 2004 : 140) acaba levando a análise a subestimar seu achado mais provocativo \_ a distinção das vozes pela prosódia, conforme seja a pessoa discursiva do ENUNCIADOR. Portanto, a manutenção da hipótese construcional como explicação do fenômeno considerado deve, possivelmente, levar a um ajuste na abordagem da proposta.

#### 4.2-A Idiomatização das Construções *Dicendi* como Marcadores Epistêmicos

Diferentemente, pois, do que Rocha (2004) postula, mas a partir das observações por ele apresentadas e de evidências por ele reunidas, propomos nós nesta dissertação:

- (a) que **não haja** uma construção básica de DISCURSO REPORTADO que os esquemas sintáticos (i) a (IV) instanciariam; mas, sim,
- (b) que sejam reconhecidas **oito construções de DISCURSO REPORTADO**, que enquadram diferenciadamente, por força de específicas determinações pragmáticas, a **cena comunicativa**, lugar das narrações.

As oito diferentes construções que propomos reconhecer correspondem aos seguintes esquemas sintático-semânticos:

(19)

(i) *SUJ* <sub>1. Pessoa</sub> *V* *OBJ* 1

(ii) *SUJ* <sub>2. Pessoa</sub> *V* *OBJ* 1

(iii) *SUJ* <sub>3. Pessoa</sub> *V* *OBJ* 1

(iv) *SUJ* <sub>1. Pessoa</sub> *OBJ* 1

(v) *SUJ* <sub>2. Pessoa</sub> *OBJ* 1

(VI) *SUJ* <sub>3. Pessoa</sub> *OBJ* 1

(VII) *OBJ* 1

(VIII) *SUJ* *V* *OBJ* 2

Nossa postulação é que cada um destes esquemas seja reconhecido como específica idiomatização em seu pleno direito, ou seja, como construção gramatical nos termos goldbergianos, i.e. como um par forma/sentido, em que a forma se constitui pela especificação morfossintática e pelo distintivo perfil prosódico e o sentido que envolve as diferenciadas condições de trabalho da face, que a descrição de Rocha nos prodigaliza às pag. 162 a 199 de sua tese.

No caso dos esquemas (VII) e (VIII), segundo o próprio relato de Rocha, a distinção na pessoa discursiva do ENUNCIADOR/ SUJ tem menos relevância prosódica e pragmática, razão pela qual sugerimos que se possa reconhecê-los como unidades esquemáticas. De todo modo, o maior **gap** entre as diversas possibilidades instala-se entre



(VIII), que é a versão mais próxima do “discurso indireto” das gramáticas tradicionais, e todas as outras construções, que, no dizer de Rocha, encenam a **mímese das vozes reportadas**.

Sumários como os que Rocha apresenta à p.175, em sua segunda e terceira colunas, oferecem argumentos mais que suficientes para a **distinção de cada uma das expressões**, com variação da pessoa discursiva do ENUNCIADOR, como uma **construção gramatical diferente**. Para isso, basta que, afastando-nos de Goldberg (1995), consideremos outros fatores na definição do par forma/sentido: no caso da **forma**, tão relevante quanto a variável especificação sintática (presença ou ausência de V; presença ou ausência de Complementizador) é a **especificação da voz** (curva prosódica, timbre, intensidade, velocidade de enunciação); no caso do polo **sentido**, muito mais importante do que a grade temática serão as determinações comunicativas de defesa, proteção e desconsideração da face. Uma vez que se estabeleçam estas correspondências sistemáticas, no caso entre **voz** e **face**, não temos dúvida de que estamos lidando com um conjunto diferenciado de **idiomatizações**.

No espírito de uma análise construcional mais radical (seguindo, em grandes linhas, Croft 2001), postulamos que os participantes das cenas evocadas pelas construções **dicendi** sejam, enquanto argumentos destas construções, **identificados pelo seu papel nelas**: assim é que, ao invés de falarmos em **Agente**, falaremos de ENUNCIADOR; ao invés de falarmos de **Objeto**, falaremos de ENUNCIADO; e o sempre suprimido **Recipiente** será, na cena, o INTERLOCUTOR.

Por outro lado, a bem da clareza, distinguiremos entre enunciados que sofrem alterações léxico-sintáticas (pela introdução de complementizador), os OBJ 2 de Rocha (2004), que passaremos a denominar ENUNCIADOS INDIRETOS, e enunciados apenas

identificados pela sua vocalização, os OBJ1 de Rocha, que passaremos a denominar ENUNCIADOS DIRETOS.

Em conseqüência, a explicitação das construções listadas em (19) passa para (20) abaixo:

(20)

(i) *SUJ* <sub>1.pessoa</sub> *V* *OBJ 1* : ENUNCIADOR <sub>1. Pessoa</sub> *DIZ ENUNCIADO DIRETO*

(II) *SUJ* <sub>2. pessoa</sub> *V* *OBJ 1* : ENUNCIADOR <sub>2. Pessoa</sub> *DIZ ENUNCIADO DIRETO*

(iii) *SUJ* <sub>3. pessoa</sub> *V* *OBJ 1* : ENUNCIADOR <sub>3. Pessoa</sub> *DIZ ENUNCIADO DIRETO*

(IV) *SUJ* <sub>1.Pessoa</sub> *OBJ 1* : ENUNCIADOR <sub>1. Pessoa</sub> (*DIZ*) *ENUNCIADO DIRETO*

(V) *SUJ* <sub>2. Pessoa</sub> *OBJ 1* : ENUNCIADOR <sub>2. Pessoa</sub> (*DIZ*) *ENUNCIADO DIRETO*

(VI) *SUJ* <sub>3. Pessoa</sub> *OBJ 1* : ENUNCIADOR <sub>3. Pessoa</sub> (*DIZ*) *ENUNCIADO DIRETO*

(VII) *OBJ 1* : : (ENUNCIADOR) (*DIZ*) *ENUNCIADO DIRETO*

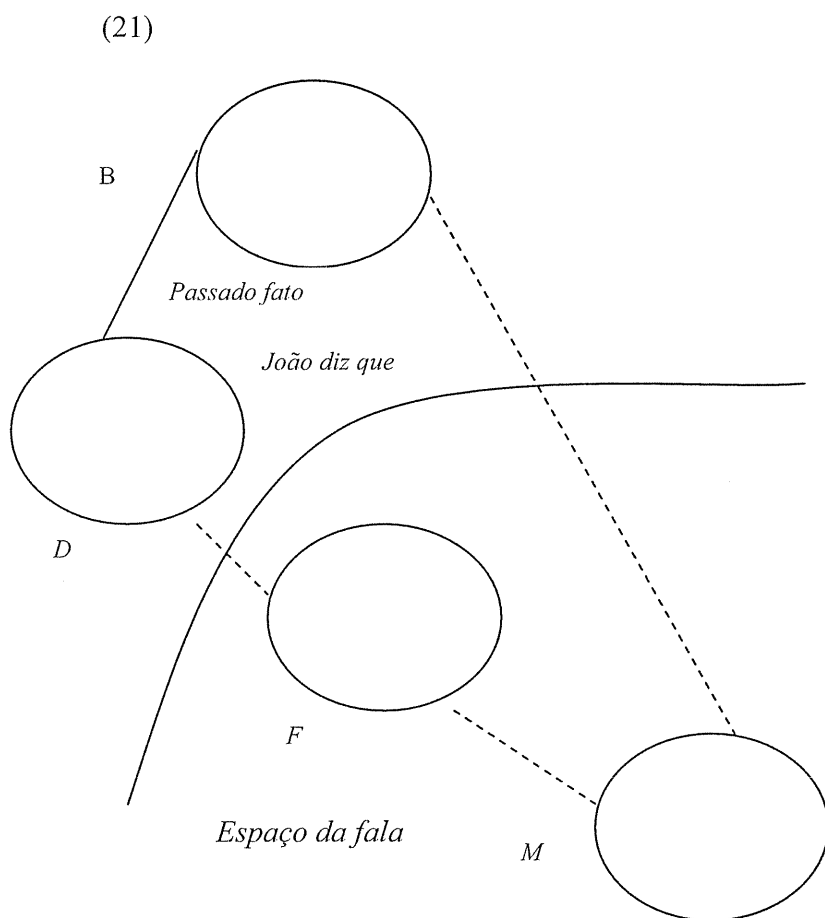
(VIII) *SUJ V OBJ 2*: ENUNCIADOR *DIZ ENUNCIADO INDIRETO*

Esta formalização atende ao princípio fundador da gramática das construções retomando o velho **motto** de Bolinger, citado em Goldberg 1995: 3: “*Toda diferença na forma expressa uma diferença no sentido*”.

Por outro lado, a semântica das construções **dicendi** (o esquema abstrato ENUNCIADOR DIZ ENUNCIADO), pode ser objeto de diversas conceptualizações, a mais prestigiosa sendo possivelmente a Metáfora do Conduto, o que não impede, entretanto, que reconheçamos outras possibilidades (por exemplo, o DISCURSO COMO CONTATO FÍSICO: **suas palavras me abraçaram/me repeliram**, etc)

O papel discursivo destas construções, diferenciado para cada qual, como muito bem detalhado em Rocha (2004), é, entretanto, também esquematizável em termos de sua **função modal**, isto é, pelos específicos gerenciamentos da face que promovem (nos termos de Miranda 2000) introduzindo um particular espaço epistêmico \_ o espaço de fala (cf Fauconnier 1997: 88-93)

Também, neste aspecto, é possível oferecer uma diferenciação notável em relação à diagramação de Fauconnier, especialmente à p. 91 para expressar o nuançamento significativo que distancia (VIII) (expressão indireta do ENUNCIADO) de todas as demais construções. Assim, (VIII) desencadeia a seguinte configuração de espaços mentais (cf Fauconnier 1997: 91):



Todas as demais predicacões suprimem a conexão como espaço B originário, reivindicando como única Base (ou centro dêítico) seu próprio espaço F. Esta postulação afasta-se da análise de Rocha (cf Rocha 2004: 200) que reivindica que todos os esquemas, com exceção de SUJ V OBJ 2, estabeleceriam **dois centros dêíticos**.

Nossa proposta é o inverso: todas as construções que enunciam o DISCURSO DIRETO têm um único centro dêítico \_ o do espaço de fala que MIMETIZAM! **A única construção com duplo centro dêítico** é a que reporta indiretamente e confere maior relevo à pessoa do narrador. Queremos lembrar que, num ambiente comunicativo tão complexo e tão competitivo quanto o BBB, não é surpreendente que as tentativas de manipulação e sedução empreendidas operem pelo esvaziamento das responsabilidades pragmáticas do Narrador: talvez, isso explique a altíssima incidência das construções de ENUNCIADO DIRETO.

De outro lado, os dados estudados por Rocha revelam com fascinante clareza a fecundidade dos **insights** bakhtinianos: “cabe à voz, mais do que à gramática, realizar a apropriação polifônica das identidades dos outros e, assim, na aspereza da “luta evolucionária pela sobrevivência” (que o BBB banaliza, mas reedita), constituir a própria identidade, estabelecer alianças, atacar inimigos, e estabelecer-se como “figura do discurso” \_ ou seja, como **personagem**.

## 5-CONCLUSÕES

O presente estudo \_ uma releitura da análise realizada dentro do programa sociocognitivo de investigação sobre a linguagem \_ conclui com uma proposta diferente daquela feita originalmente. De certo modo, aqui, trata-se também de discurso reportado, mas, com a vantagem de partir de uma boa análise já feita, é possível avançar um pouco mais.

A principal repercussão teórica deste nosso trabalho vai no sentido de **radicalizar o conceito de construção gramatical** como constructo teórico. Ao optar por uma solução diferente da apresentada em Rocha (2004), afastamo-nos também de Goldberg (1995). Deste modo, ao invés de focar a unidade forma/sentido apenas na dimensão da grade argumental, reclamamos uma ampliação em ambas as polaridades *significante* e *significado*.

Ao discordarmos de Rocha, reconhecendo que cada um dos esquemas que ele identifica como instanciações de uma mesma construção básica são, na verdade, construções, cada qual em seu pleno direito, estamos fazendo as três asserções importantes:

- (i) que a dimensão fonoprosódica é tão relevante quanto a morfossintaxe como critério lingüisticamente distintivo;
- (ii) que a variação na pessoa do discurso deflagra, como ilustrado pelo próprio Rocha, condições significativas pragmaticamente diferentes;
- (iii) que a variação na morfossintaxe, em termos da modificação gramatical do discurso reportado, envolve diferenças do ponto de vista do domínio epistêmico configurado.

A categoria da **construção gramatical** que aqui estamos empregando é, portanto, mais definida em termos da semiose lingüística e em termos do potencial semântico associado.

Divergimos também da análise goldbergiana na medida em que estamos usando funções-argumento (ENUNCIADOR, ENUNCIADO DIRETO/INDIRETO) menos abstratas do que as que ela propõe (AGENTE PACIENTE, RECIPIENTE, etc.). Ao fazê-lo, estamos nos aproximando de uma das propostas correntes sobre gramática construcional (cf Salomão 2005), que reivindica para a definição das construções idiomáticas de uma língua esquemas bastante específicos para atender à necessidade de oferecer (sobre estas gramáticas) generalizações tipologicamente relevantes.

Na situação concreta que consideramos o ganho a ser obtido é expressivo. Na verdade, o que fazem as construções **dicendi** é introduzir domínios epistêmicos (**os domínios de fala**); nestes casos, muito mais importante do que oferecerem **enquadramentos sobre cenas** conceptualizadas é operarem **para enquadrar a própria situação comunicativa em curso (defendendo a face, ou protegendo-a, ou desconsiderando-a)**. Eis porque as funções-argumento de Goldberg, aptas a trabalhar com discurso narrativo (discurso que evoca cenas conceptuais) perdem agudeza quando se trata de representar as nuances do discurso praticado na interação.

Por outro lado, a decisão de enfrentar este discurso, como o fez Rocha (2004), usando o equipamento analítico da lingüística cognitiva, deve também ser saudada com entusiasmo. Afinal, a literatura que trata a interação, inclusive aquela inspirada em Bakhtin e Vygotsky, é muito refratária à análise do significante e, com isso, perde foco na análise lingüística. Tanto a tese de Rocha, como a discussão que dele fizemos, timbram em

caracterizar construções gramaticais como símbolos especificamente lingüísticos em condições de manejar situações comunicativamente complexas.

Finalmente, concordamos com Rocha, no que se refere à falta de evidência empírica para escolher, entre as construções **dicendi**, aquela que seria cognitivamente mais básica. Os dados da frequência distinguem as construções com esquema SUJ V OBJ 1, mas seria necessário um trabalho mais refinado (considerando inclusive as oito construções postuladas) para que pudéssemos fazer, neste momento, uma avaliação mais segura. De todo modo, as afinidades formais e comunicativas entre todas as expressões definem, sem dúvida, que elas integram o mesmo fragmento de rede.

Pensando sobre redes, talvez seja necessário aceitar a crítica de Jackendoff (2002: cap.5) à tendência **radicalmente motivacionista** da lingüística cognitiva por ele diagnosticada como **ranço derivacional**, que retrocede à origem gerativista do paradigma. Talvez seja necessário passar a trabalhar com um conceito muito mais conexcionista de rede, isto é, com **redes fundadas no uso antes que em relações conceptuais**.

## 6-BIBLIOGRAFIA

ALBANO, E. e FRANÇOSO, E. Virtudes e vicissitudes do cognitivismo revisitadas. In: MUSSALIM, F e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística – Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 301-308.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

CHIAVEGATTO, V.C. Um “olhar” sobre o processo cognitivo de mesclagem de vozes. *Veredas*, Juiz de Fora, V.1, N. 4, p. 97-113, jan./jun. 1999.

CHOMSKY, N. **Linguagem e mente – Pensamentos atuais sobre antigos problemas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Aspects of the theory of the syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.

COSTA, J e SILVA, M. C. F. Os anos 1990 na Gramática Gerativa. In: MUSSALIM, F e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística – Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 131-163.

CROFT, W. **Radical Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2001

CROFT, W. & A. Cruse. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

DAWKINS, R. **The Selfish Gene**. Oxford: Oxford University Press, 1976.

DENNETT, D. 1991. **Consciousness Explained**. Boston: Back Bay Books, 1991.

FAUCONNIER, G. **Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. **Blending as a Central Process in Grammar**. In **Conceptual Structure, Discourse, and Language**. Stanford: CSLI Publications, 1996.

FAUCONNIER, G. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997

FAUCONNIER, G. e TURNER. M. **The way we think**. New York: Basic Books, 2002.

FILLMORE, C. J. **The Case for Case Reopened**. Seoul: Hanshin, 1977.



FILLMORE, C. J. **Frame Semantics**. In. Linguistic Society of Korea. **Linguistics in Morning Calm**. Seoul: Hanshin, 1982.

FILLMORE, C. J. **Semantics of the Understanding**. Seoul: Hanshin, 1985.

FOUCAULT, M. **L'archeologie du Savoir**. Paris: Gallenard, 1969.

GOLDBERG, A. E. **Construction – A construction grammar approach to argument structure**. The University of Chicago Press, 1995.

JACKENDOFF, R. **Foundations of language ; brain, meaning, grammar and evolution**. New York: Oxford University Press, 2002.

KOCH, I. V. e CUNHA-LIMA, M.L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística – Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 251-298.

LAKOFF, G e JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. **Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the mind**. The University of Chicago Press, 1987.

MANDELBLIT, N. **Gramatical blending: creative and schematic aspects in language processing and translation**. Ph.D dissertation apresentada ao programa de ciência cognitiva da Universidade da California, San Diego, 1997

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MIRANDA, N. S. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao modelo de espaços mentais. **Veredas**, Juiz de Fora, V. 1. N. 4, p. 81-95, jan./jul. 1999.

MIRANDA, N. S. **A Configuração da Arena Comunicativa no Discurso Institucional: Professores versus Professores**. Dissertação de Doutorado: UFMG, 2000.

MORATO, E.M. O interaconismo no campo lingüístico. In: MUSSALIM, F e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística – Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 311-348.

NETO, J.B. O empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, F e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística – Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 93-90.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: Um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F e BENTES, A. C. **Introdução à lingüística – Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 353-389.

PULHIESE, J.O. **Reflexividade e desreflexivização no Português do Brasil: A abordagem Sociocognitiva sobre a linguagem**. Dissertação de mestrado: UFJF, 2004.

ROCHA, F.M. **A construção da mimesis no reality show: uma abordagem sociocognitivista para o discurso reportado**, Dissertação de doutorado: UFRJ, 2004.

SALOMÃO, M.M. **Estruturas argumentais do Português do Brasil: uma explicação sociocognitiva das relações gramaticais**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

\_\_\_\_\_. Gramática das Construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. **Veredas**, Juiz de Fora, V. 1, n. 6, p. 63-74, jul./dez., 2002.

\_\_\_\_\_. **O processo cognitivo de mesclagem de análise lingüística do discurso**. Juiz de Fora/ Rio de Janeiro: UFJF/ UFRJ/ UERJ – CNPq, 1999<sup>a</sup> (Projeto integrado de pesquisa – Grupo Gramática e Cognição).

\_\_\_\_\_. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, V. 1, n. 4, p. 61-79, jan./jun. 1999 b.

\_\_\_\_\_. Gramática e Interação: O enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, V. 1, n. 1, jul. /dez. 1997.

SFORZA, L. L. C. **Genes, Povos e Línguas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TOMASELLO, M. **Constructing a language: a usage – based theory of language acquisition**. Cambridge, Mass. e London: Harvard University Press. 2003.

\_\_\_\_\_. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente – O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.